



**CÂMARA MUNICIPAL DE  
SÃO PAULO**

**SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR**  
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS  
E CIDADANIA**

**PRESIDENTE: EDUARDO MATARAZZO SUPLICY**

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA  
LOCAL: CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO  
DATA: 12 DE AGOSTO DE 2019

**OBSERVAÇÕES:**

- Notas taquigráficas sem revisão
- Orador não identificado
- Manifestação fora do microfone

**O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy)** – Bom dia a todos. Convido, a Prof. Aldaíza Sposati, ex-Secretária de Desenvolvimento e Assistência Social, da Prefeitura do Município de São Paulo, pra tomar assento à mesa.

Presente o nobre Vereador Gilberto Natalini, que foi designado pela nobre Vereadora Edir Sales para presidir a Comissão de Saúde, é também o relator do Projeto de Lei relativo à Renda Básica de Cidadania da Cidade de São Paulo, do ex-prefeito, Fernando Haddad,

Declaro aberta a sexta audiência pública da Comissão Extraordinária de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania em conjunto com a Comissão de Saúde, Promoção Social, Trabalho e Mulher.

Convido para a mesa os Srs: Prof. Ladislau Távora, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e do Prof. Marcio Pochmann, da Universidade Estadual de Campinas e também Presidente da Fundação Perseu Abramo.

Esta reunião está sendo transmitida através do Portal da Câmara Municipal de São Paulo no endereço [www.camara.sp.gov.br](http://www.camara.sp.gov.br) no link auditórios online.

O tema da reunião é debater o PL 620 de 2016 do ex-prefeito Fernando Haddad que institui a renda básica de cidadania no Município de São Paulo.

Quero agradecer a presença de todos. Tenho a convicção de que se trata de uma reunião de natureza histórica. De grande relevância. Tendo em conta o seu propósito e o estágio em que se encontra a proposição da renda básica de cidadania.

Gostaria de informar que por diversos lugares dos países do mundo está debatendo, experimentando a renda básica de cidadania.

Na próxima semana estarei em Hyderabad na Índia para participar do 19º Congresso Internacional da Base Química, da rede mundial da renda básica.

Gostaria aqui de transmitir a vocês que levando em conta este evento e a palestra que eu irei realizar, e seguindo de alguma maneira, também compreendo que o nobre Vereador Gilberto Natalini que além de ser muito interessado como médico, inclusive vai

precisar acompanhar, ainda na manhã de hoje, uma cirurgia de pessoa que trabalha com ele é médico, mas estará presente aqui na em boa parte da nossa reunião. Mas ainda ontem ele me contou que estava aguardando o Cardeal Orani Tempesta para lhe entregar uma carta ao amigo de todos nós, o Papa Francisco com respeito ao Sinodo da Amazônia que vai ocorrer, proximamente. e o nobre Vereador Gilberto Natalini é uma pessoa, extremamente, preocupada com o verde, com o desmatamento que acontece tanto na Amazônia, quanto aqui em São Paulo e ele tem feito em inúmeros pronunciamentos na Câmara Municipal alertando, inclusive, levou uma equipe de Vereadores na próxima viagem, pretendi ir junto, para averiguar de perto a forma como estão sendo feito os desmatamentos aqui na nossa região. E com respeito a esse assunto, ele encaminhou uma sugestão ao Papa Francisco para que no Sinodo do Amazonas faça um pronunciamento conhecido e eu também, relacionado, à Renda Básica da Cidadania. Também enviei á poucos dias uma carta ao Papa Francisco através do seu amigo Dom Cláudio Hummes. Vocês sabem em que Dom Cláudio Hummes foi designado Cardeal na mesma cerimônia que o Dom Bergoglio na Argentina. Os dois ficaram muito amigos. E depois quando houve a reunião do Concílio em que o Papa Francisco foi escolhido Papa, na hora em que foi obtido número de votos suficientes para que se tornasse o Papa seu amigo Dom Cláudio Hummes estava ao lado, então o cumprimentou e disse a ele: “Não se esqueça dos pobres...”E graças a isso o Cardeal Bergoglio, ao ser com escolhido Papa resolveu assumir o nome de Francisco em homenagem a Francisco de Assis.

Acredito que será em março próximo que haverá em Assis na Itália um encontro muito especial...

Francisco de Assis. Acredito que será em março próximo que haverá em Assis, na Itália, um encontro muito especial para lembrar toda a forma de preocupação de São Francisco de Assis com os pobres. Então, o Papa Francisco tem tudo a ver com o tema que vamos tratar hoje.

Levando em conta esta situação escrevi uma carta breve, que eu vou ler para vocês, para abrir os trabalhos. A carta está em inglês, mas vou traduzir.

Levando em conta a sua recomendação aos Chefes de Estado para colocar em prática os instrumentos de política econômica que contribuirão para os objetivos de Justiça de tal forma a haver paz, gostaria de lhe mandar a cópia de minha palestra para a 19ª conferência Internacional da Renda Básica em que descrevo as experiências de renda básica universal nas vilas rurais do Quênia, como também em Maricá, uma cidade de 153 mil habitantes na costa do Rio de Janeiro e também explico como o Brasil foi a primeira nação do mundo em que o Congresso Nacional aprovou por todos os partidos e o Presidente Lula sancionou a Lei 10.835, de 2004 quem instituirá por etapas, por critério do Poder Executivo, a renda básica incondicional universal para todos como um direito à cidadania começando pelos que mais têm necessidade, como faz o Bolsa Família.

Há poucos dias expliquei ao Cardeal Dom Cláudio Hummes que a renda básica de cidadania tem seus fundamentos em Thomas More, *Utopia*, publicado em 1516, quando Rafael Hitlodeu explica a respeito da pena de morte instituída na Inglaterra no início do Século XVI, mas que não havia contribuído para diminuir a criminalidade violenta e ele, então, sugeriu que ao invés de infringir esses castigos horríveis, não tem alternativa senão de primeiro tornar-se um ladrão para depois ser transformado em cadáver é você prover a cada um dos meios de sobrevivência.

Dez anos depois, um amigo de Thomas More, Juan Luis Vives escreveu ao prefeito de Bruges, *De subventionem pauperum* onde pela primeira vez propõe o direito de sobrevivência de todos.

Então, Dom Cláudio Hummes me contou a história que São Francisco de Assis contou a respeito do lobo bravo que estava atacando muitos animais e até as pessoas numa vila lá perto. São Francisco foi até lá e conversou com o lobo bravo dizendo que as pessoas da vila proveriam ao lobo todos os dias toda a comida que ele gostaria de comer. Então, o lobo concordou e, a partir daí, parou de atacar os animais e as pessoas na vila.

Estou certo de que dentre os instrumentos de política econômica que vão ajudar a humanidade a viver em paz, fraternidade e solidariedade está a renda básica de cidadania

universal incondicional, uma das mais importantes e eficazes.

Gostaria de sugerir ao Papa Francisco que diga a todos os Chefes de Estado para instituir a renda básica para criar justiça e paz no mundo. Então, era essa carta. (Palmas).

Está a caminho o Sr. Marcelo Del Bosco, secretário-adjunto da Secretaria de Desenvolvimento e Assistência Social.

Temos que começar o nosso procedimento. Vou passar a palavra, primeiro, ao Vereador Gilberto Natalini, que inclusive aqui está também co-presidindo esta reunião das Comissões de Saúde e de Direitos Humanos.

Tem a palavra o nobre Vereador Gilberto Natalini que é o relator do projeto de lei encaminhado pelo Prefeito Fernando Haddad para, por etapas, instituir no Município de São Paulo a renda básica de cidadania.

**O SR. GILBERTO NATALINI** – Obrigado. Cumprimento o Vereador Eduardo Suplicy; a sempre Vereadora Aldaiza Sposati, que esteve aqui muitos anos, muito respeitada por todos pelo trabalho; os professores Ladislau e Porchiman; cada um de vocês.

Agradeço muito a possibilidade de estar aqui. Quando o vereador Suplicy me procurou e solicitou que eu pudesse ser o relator do projeto na Comissão de Saúde, eu conversei com a Presidente e solicitei a ela que designasse a relatoria para que eu pudesse atender ao pedido do Vereador Suplicy. Fiz por dois motivos, primeiro, porque a causa é justa e, segundo, porque veio da parte do Suplicy, que é uma pessoa que convivo já há tempos.

A primeira vez que eu o vi foi na zona Leste, na Estrada Dom João Nery, na ocupação chamada Malvinas. Eu participei lá naquela época 1980/81 e eu era médico e dormia lá a noite com a malinha de médico para ajudar a proteger a ocupação da polícia. A Erundina também esteve lá e um dia aparece o Suplicy, que eu acho que a deputado estadual, para prestar solidariedade àquele pov. Está lá até hoje. No bairro hoje tem 30 mil pessoas. Agora, estão entregando os títulos de posse de terra para aquele pessoal que agora é quarta geração, quinta geração. Foi lá que eu conheci pela primeira vez o Suplicy.

Agora estou tendo oportunidade de conviver com ele aqui na Câmara Municipal de

São Paulo. É uma pessoa elegante, gentil, tem causa na vida, é extremamente digno, então, merece todo respeito de todos nós.

Não fiz o relatório ainda porque pedimos informações ao Executivo. Como o tema é complexo, eu pedi em maio e o Executivo mandou as informações em julho, mas as informações que vieram são incompletas. O Suplicy também já tinha pedido através da Lei de Transparência, de direito à informação e o que eles responderam para o pedido do Suplicy foi muito parecido com o que eles responderam para o pedido da Comissão de Saúde.

Como primeira sugestão, se o secretário aparecer, para que eu, você, sua equipe e uma comissão das duas comissões de Direitos Humanos e Saúde ir lá para explicar para eles o que a gente quer saber. Ou eles estão dando uma de “mané”, de “migué” e fingindo que não sabem ou eles realmente não sabem o que a gente precisa de informação para fazer o relatório e aprovar o projeto.

É um projeto do Prefeito, do Executivo, porque o Vereador não poderia legislar sobre esse assunto, é ilegal e inconstitucional. Então, veio da Prefeitura o projeto do Executivo 292, de 2016, e o Suplicy obviamente abraçou a causa e está tocando para frente e vai aprovar. Nós vamos defender que seja aprovado pela Câmara, negociado com o Executivo, que deve estar um pouco com medo, Suplicy, do que pode vir, quais as tarefas e obrigações que o projeto pode dar. Mas temos de negociar e conversar. E por quê? Porque é muito pertinente o que está sendo proposto aqui, é muito pertinente.

Esse livro de Yuval Harari, eu aconselho a leitura a todos os que puderem. Seu título é *21 Lições para o Século XXI*. É impressionante a análise que esse moço, que é israelense, faz da conjuntura mundial, da situação da humanidade, inclusive da questão ambiental. O estresse que estamos vivendo – econômico, social e ambiental – é o mais grave pelo qual a humanidade já passou. Além da crise econômica, além do problema da concentração de renda cada dia maior, por parte dos rentistas do mundo – e o Brasil tem meia dúzia deles, que têm o dinheiro todo –, diz o autor que serão milhões e milhões de pessoas, cada vez mais, também por conta de toda a alteração tecnológica que vai haver na produção

humana – ele fala da tecnologia da informação e da biotecnologia, também mudanças no campo genético. A tendência, segundo ele, é um número grande de seres humanos no mundo, homens e mulheres – em particular, vamos chamar assim, nas franjas do mundo, mas também no coração econômico do mundo – perderem um pouco a possibilidade de conseguirem ter renda por não terem emprego, por não produzirem. Essas pessoas ficarão excluídas.

O autor diz – e fiquei até desesperado, Vereador Suplicy – que os médicos daqui a algum tempo não existirão mais. Eu pensei: vou perder meu emprego. Porque o computador, a cada dia que passa, está ficando melhor que os médicos para fazer diagnósticos. Aí, pensei: sou cirurgião, estou protegido. Mas aí o autor diz no livro que não, que os robôs operam melhor que os cirurgiões, e penso que isso seja verdade. Não sei se você leu, Suplicy, mas no livro há um capítulo onde é dito que a renda básica é uma tendência universal, que não tem volta, porque não poderemos deixar bilhões de seres humanos sem um centavo para comer, para viver, para nada. Os governos terão que avançar para nisso.

O projeto que o Vereador Suplicy defende e abraçou, e que é sua causa de vida, vem exatamente na direção do que esse autor fala nesse livro.

Assim, vim a esta audiência pública com muito prazer parabenizar você, os convidados e as pessoas presentes para dizer que, de minha parte, o que eu puder fazer para ajudar dentro da Câmara Municipal para aprovar o projeto – do qual você passou a ser o autor agora -, conte comigo sem problema nenhum. Era isso o que eu queria dizer. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy)** – Muito obrigado, Vereador Gilberto Natalini.

**O SR. GILBERTO NATALINI** – Só um minuto. Eu trouxe aqui, não posso deixar com vocês. Mas, já que ele falou, o mais grave problema que estamos enfrentando em São Paulo hoje é a compra, o desmatamento, o loteamento e a venda das áreas remanescentes de Mata Atlântica de São Paulo. Nesse dossiê há 90 áreas que eu levantei, hoje há mais de 150. É o PCC que está comprando áreas, a preços muito baratos, particularmente em Parelheiros, M'Boi Mirim e Grajaú, derrubando criminosamente com tratores, motosserras dia e noite, para

lotear e vender lotes de 30 mil até 150 mil reais, dependendo do local e dos lotes. É uma devastação, de um ano e meio para cá, sob o olhar inerte e eu diria até – e vou usar uma palavra forte – conivente do Poder Público estadual e municipal.

Desculpem-me mudar de assunto, mas quero só aproveitar a ocasião para essa denúncia, e tenho feito isso em todo lugar a que eu tenho ido, pedindo apoio para barrarmos essa situação. Muito obrigado, Vereador Suplicy.

**O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy)** – Quero também registrar a presença dos Srs. Darcy Costa e Robson Mendonça, respectivamente coordenadores dos Movimentos Nacional e Estadual da População em Situação de Rua. Eles me convidaram, sábado retrasado, e fiz uma exposição lá no Cisarte para a comunidade da população em situação de rua sobre a renda básica de cidadania. Eles então, na conclusão, disseram que gostariam de escrever uma carta tanto ao Presidente da República como ao Congresso Nacional dizendo que querem que logo seja instituída a renda básica, porque consideram que será de grande relevância para a comunidade das pessoas que hoje estão em situação de rua. Então, agradeço a presença de vocês por estarem aqui mais uma vez para acompanhar esse debate.

É imprescindível também que eu expresse, e acredito que todos nós, a solidariedade ao Vereador Gilberto Natalini em função da homenagem que, há poucos dias, mais uma vez, o Presidente Jair Bolsonaro fez ao Coronel Ustra. Ainda ontem na *Folha de S.Paulo*, o Vereador Gilberto Natalini relatou como, aos 19 anos, por mais de 45 dias, sofreu torturas, pessoalmente, da parte do Coronel Ustra. Assim, expressamos nossa solidariedade a você, Vereador Natalini, e peço que todos o aplaudam com respeito a esse assunto. (Palmas) E transmito ao Presidente Jair Bolsonaro, aqui, publicamente, que não há como se elogiar uma pessoa que teve tal tipo de procedimento, inclusive constatado pela Comissão da Verdade, que ouviu inúmeros testemunhos, dentre eles o do Vereador Gilberto Natalini, quando examinou os procedimentos havidos durante a ditadura militar.

Informo a presença do assessor da Vereadora Edir Sales, Paulo Silva. Seja bem-

vindo.

Passo agora a palavra à querida Vereadora, que também foi Secretária de Direitos Humanos e Cidadania, e, diversas vezes, como professora na PUC, tem estudado esse tema. Participou das gestões em que a Prefeitura Municipal de São Paulo instituiu a Renda Mínima Social das Oportunidades de Educação e é uma das pessoas cujo nome, na literatura sobre o tema, sempre encontramos trabalhos. Refiro-me à Aldaíza Sposati. Tem a palavra.

**A SRA. ALDAÍZA SPOSATI** – Meu bom dia a todos e a todas que aqui estão. Cumprimento o Vereador Eduardo Suplicy pela autoria e apresentação desse projeto e o Vereador Gilberto Natalini. Trabalhamos juntos nesta Edilidade, com experiências bastante significativas. Agradeço inclusive a acolhida.

Estou aqui com os meus amigos, companheiros e colegas de profissão, os professores Ladislau Dowbor e Márcio Pochmann. E acho que é muito interessante colocar também isso porque foi com o Professor Pochmann que nós iniciamos a implantação da Renda Básica de Cidadania em São Paulo em 2001. Esse começo foi bastante interessante, porque a implantação foi gradual nos distritos da cidade de São Paulo a partir dos dados da exclusão e inclusão social. Isso é muito importante, pois significa que nós analisamos as condições de vida de uma dada região para além de estar envolvendo os moradores, uma vez que tínhamos a clareza de que a melhoria das condições de vida não se dá somente através da renda, mas de um conjunto de condições, como aponta claramente o projeto de lei.

Sem dúvida alguma, a proposta de Renda Básica da Cidadania, um projeto do Vereador Arselino Tatto, foi se estendendo, apesar de não ter tido, de início, um processo articulado com a Renda Cidadã, um projeto do Estado. Essa soma, essa inclusão foi paulatina e, posterior a isso, surgiu o projeto federal do Bolsa Família.

Chamo a atenção para o fato de essa iniciativa dos três entes federativos, de algum modo, estarem postos no projeto, pois representam uma forma institucional de articulação, apesar de a Renda Cidadã do Estado ter recuado e o Bolsa Família continuar através do CadÚnico com um registro e uma expansão da sua cobertura. No entanto, o que me parece

importante é, nos termos de lei, haver uma possibilidade – mais do que isso, uma legalidade – de articulação de várias alternativas, principalmente através de um Fundo Municipal de Renda Básica de Cidadania.

Evidentemente, embora a Comissão que está examinando a matéria tenha mais condições de analisar, o Bolsa Família é financiado pelo Fundo Nacional de Assistência Social, que transfere diretamente para os beneficiários através da cobertura da Caixa Econômica.

Então, eu não sei muito claramente e juridicamente como é que ficará uma transferência eventual para esse fundo, quer dizer, creio que isso talvez não ocorra. Talvez tenha que se trabalhar com a ideia de um programa federal e a sua forma de funcionamento, que poderá ser agregada, mas não na verdade fazendo parte intrínseca da proposta.

Estou levantando só uma questão jurídica, porque eu não sei, me parece que aqui nós teremos, embora o projeto aponte para dar uma complementação realmente do sentido da universalização do programa, partindo do Bolsa Família, o procedimento do Bolsa Família já é bastante institucionalizado, então, talvez teria de ver aqui de que maneira isso poderia acontecer.

O projeto avançar também, ao falar do Fundo, em ter na verdade esse acesso às informações do CadÚnico do Governo Federal. O CadÚnico hoje é uma ferramenta nacional extremamente importante e significativa, que eu considero, inclusive, que é pouco utilizado. Poderia ser muito mais utilizado para análises da realidade, orientação dos programas. Mas, nós temos aqui em São Paulo o Banco de Dados da Cidadania e há certa concorrência ao CadÚnico. É como se São Paulo fizesse um levantamento à parte do CadÚnico.

Ora, não há dúvida que isso é gerador de mais burocracia para a população, além do que é um gasto municipal que poderia ser revertido diretamente para o usuário e não criar um segundo dispêndio.

Quero crer, então, inclusive, que talvez o projeto de lei poderia dar algum “pitaco”, alguma coisa na integração desse Banco de Dados do Cidadão com o CadÚnico, para que isso pudesse ser superado. E, na verdade, veja que o CadÚnico tem, inclusive, um alcance maior

do que o próprio Programa Bolsa Família. É usado para vários acessos no Governo do que só, por exemplo, Bolsa Família.

Então, eu acho que tem uma questão aqui, Vereador Natalini, no seu relatório pensando como é que isso poderia ser incorporado, como é que a manutenção desse Banco de Dados do Cidadão poderia abrir mão para uso efetivamente do CadÚnico. Essa é uma ressalva que eu faria, porque me parece bastante interessante e com isso o Município poderá, a partir do CadÚnico, produzir muitos e muitos relatórios que irão realmente auxiliar na ação das políticas sociais lá na ponta, lá no bairro que o senhor citou e outros, porque a gente não possui esse tipo efetivamente de informação na gestão do serviço.

Então, essa é uma questão que evidentemente não quebra em nada realmente o avanço dessa proposta. Mas nós temos outra dimensão, de que ela causa um pouco de inquietação, que é a seguinte: é proposto que a Renda Básica de Cidadania, de início, opere com uma comissão no Poder Executivo Municipal, que integrará as políticas sociais municipais e outros níveis de Governo para a atenção às famílias.

Entendo que talvez esse instituto de uma comissão possa ganhar um pouco mais de musculatura, porque uma das grandes questões que nós temos hoje é a intersetorialidade territorial dos serviços; um serviço não conhece o outro, não se articula com o outro. Então, eu penso que talvez essa comissão pudesse ganhar mais musculatura nessa questão da intersetorialidade. É uma hipótese aqui eu levantaria, havendo algum nível de presença daqueles que são beneficiários do programa também nesta comissão.

Eu acho que ali inclusive quanto ao Bolsa Família, instituiu-se um conselho gestor participativo, mas efetivamente ele não foi implantado. Esse diálogo parece-me também ser bastante rico, se puder incorporar essa ideia. Eu acho que teria que ser mais do que uma comissão, para efeito de São Paulo, como reprodução territorial, porque não adianta uma comissão geral para a Cidade, quando vão dispor para os 96 distritos e seus bairros, pois assume outra configuração. Então, eu penso que isso talvez pudesse dar um fôlego maior aqui ao projeto, que, sem dúvida alguma, ele também diz isso. Eu queria reforçar que, de fato, ele

tem uma direção universal, ele se propõe a uma direção universal. Agora a direção universal implica em não haver condicionalidade, e essa é uma das questões bastantes sérias, porque imediatamente podem dizer o seguinte: “Esse é um projeto para o pobre, para o necessitado e para o carente”. Na hora em que usam essa terminologia, acabam com a dimensão de cidadania.

Então, eu acho que nós temos aqui uma questão a lidar, para não criar esse choque entre uma perspectiva universal e uma perspectiva que é da cultura popular, de estabelecer condicionalidade, porque não entende como um direito, mas entende como um mérito. Isso é que valeria a pena sublinhar nessa direção extremamente importante, da inclusão social, essa batalha contínua do Vereador, Senador e Deputado Suplicy, pela questão da instituição da renda básica, já apontada aqui pelo Vereador Natalini, com uma direção realmente sobre o capitalismo, numa perspectiva universal. Quer dizer, minguando-se os empregos, como as pessoas terão dinheiro para atuar numa sociedade que é regida pelo dinheiro? Essa é uma questão. Nesta altura, em havendo uma renda básica, é uma condição de sobrevivência na sociedade.

O projeto de lei não fala em valores - então, isso é alguma coisa a ser decidida - nem do ritmo necessariamente dessa gradualidade. Portanto, ele permite negociações. Exatamente por permitir negociações, eu acho que tem que haver um pouco essa inter-relação um pouco mais forte desta comissão, talvez até com a presença do Legislativo. Falo em algo que dê mais musculatura e que não fique frágil ao poder, ao saber do governante de plantão.

Então eu levantaria esses aspectos, no sentido realmente de um fortalecimento da proposta, o uso do Cad Único, um fortalecimento desta comissão, buscando realmente fazer com que a própria linguagem do projeto seja de cidadania. Com isso, talvez valesse a pena a gente aqui substituir algumas palavras e sentidos, que podem sugerir uma subordinação de avaliação da capacidade financeira.

Eu acho que aqui nós temos uma questão talvez de fundo. É uma questão só de ler e apurar.

Eu levantaria esses pontos para o nosso debate.

Muito obrigada. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Gilberto Natalini)** – Nobre Vereador Suplicy, a Vereador Aldaíza levantou aí, pelo menos, dois pontos que são extremamente pertinentes. Se V.Exa. aceitar e os demais participantes, nós precisaríamos, em vez de relatório, fazer um substitutivo da Comissão de Saúde. Aí fica a critério de S.Exa. Se achar que deve, a gente pode combinar junto, e, em vez de relatório, fazer um substitutivo.

**O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPLICY** – Especialmente o relator tem toda a liberdade; e o propósito aqui é que se possa justamente, ao ouvir as reflexões de todos, levar em conta sugestões, até para eventualmente apresentar um substitutivo. É muito interessante que está havendo um movimento nacional. Ainda na semana passada, houve um simpósio, um colóquio de grande relevância na Fundação Getúlio Vargas, e ali o Sr. Sergei Soares, que tem muito trabalhado sobre esse assunto, em artigos publicados pelo IPEA - é economista do IPEA, Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas do Governo - e tem apresentado propostas que guardam relação com o que estamos aqui discutindo, para se iniciar a renda básica de cidadania para todas as pessoas, até completarem 18 anos de idade. Portanto, desde o nascimento até 17 anos e onze meses, todos universalmente passarão a receber a renda básica de cidadania, como um primeiro passo. Ele me informou que alguns deputados federais, inclusive a Sra. Tabata Amaral, o Sr. Paulo Teixeira e outros estão considerando em assinar essa proposta. A proposta seria relacionada ao nosso tema, porque, em vez de termos o programa Bolsa Família, o Salário Família e o desconto de imposto de renda permitido às pessoas de maior renda, por cada dependente até 16 anos, que propicie a essas pessoas de maior renda hoje um benefício maior do que os 41 reais que vão para cada criança, do programa Bolsa Família e ainda com outro acréscimo, ele propõe ainda e mostra que isso é perfeitamente possível. Seria um passo de racionalidade. Eu vou inclusive pedir a S.Exa. que possa – S.Exa. está concluindo essa proposta nesses próximos dias – como relator, encaminhar inclusive essa proposição. Quem sabe seja o começo racional.

Pode falar, nobre Vereadora Aldaíza Sposati.

**A SRA. ALDAÍZA SPOSATI** – Eu só queria dizer duas coisas. Uma é algo que eu esqueci: quero cumprimentar todo o conjunto de alunos do mestrado e doutorado da PUC/São Paulo que veio aqui; vários vieram ao debate, que nós temos feito várias discussões. E exatamente o que está sendo citado aqui do Serguei (?) é uma proposta que a gente apresentou ainda no BIEN (?), aqui, em São Paulo. Isso porque penso que sempre nós temos essa relação entre o econômico e o social. O social enfrenta, primeiro, a situação, e o econômico vai dizer se pode. Então eu acho que essa é uma briga de foice no escuro. É evidente, apresentamos a questão da injustiça social.

O no Bolsa Família girava àquela época por volta de 30 e poucos reais por criança, e girava nesse tanto o próprio salário-família; que, agora, com a reforma da previdência, eles estão apontando para 46 reais. Nesse desconto do imposto de renda, incide em aproximadamente 180 reais por dependente, por mês. E além do que tem, ainda, o desconto da saúde e educação, que agora o Ministro Guedes pretende tirar essa questão do desconto de saúde e educação. Mas se compararmos os 180 com os 30 e tantos do salário-família, há um intervalo considerável. Isso significa dizer que tem criança brasileira de primeira, de segunda, de terceira, porque o próprio Estado remunera diferentemente, porque o desconto de imposto de renda é uma forma de remuneração. Então há uma injustiça, uma desigualdade, gerada pelo próprio Estado.

Desde que discutimos a questão sobre o que seria o mínimo de cidadania, começar da questão da criança é fundamental. Eu diria que há, aqui, inclusive, todo um volume de recursos que já é aplicado. E, inclusive, eu acho que há a clareza de que aqueles que ganham mais já têm um desconto de 180. Então por que não estender esse valor a todos? Essa é uma questão de justiça que vimos debatendo.

Quero me inscrever entre aqueles que já há um bom tempo vem mobilizando isso, embora o economista Serguei, excelente, esteja calculando isso. Mas é importante dizer que

esse é um pleito já apresentado. E tomara, efetivamente, isso aqui se torne uma lei. É um belíssimo caminho. Eu me somo à proposta.

**O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy)** – Eu quero assinalar a presença do jornalista Jozé Luiz Longo, do Coletivo Democracia Corinthiana.

Os corintianos estão a favor da renda básica? Que bom. (risos) Eu sou do Santos, e dou as boas-vindas.

Quero assinalar a presença da Roseana, assessora da Vereadora Soninha; também do Ivo Patarra, assessor de comunicação do Vereador Gilberto Natalini.

Quero informar que, após os membros da Mesa, a reunião estará aberta para a audiência pública. Quem quiser pode se escrever.

Quero também assinalar a presença e participação intensa do Presidente da Rede Brasileira da Renda Básica, o Leandro Ferreira, que muito está colaborando com o propósito dessa audiência.

Sobre Marcio Pochmann, a Aldaíza já registrou, mas convém recordar: quando assumiu a Prefeita Marta Suplicy, eleita em 2000, ela designou para Secretário Municipal da Economia Solidaria o Marcio Pochmann, que convidou a querida Ana Maria Medeiros da Fonseca. Eu a conheci quando ela me convidou para assistir à defesa de sua tese, na Escola de Sociologia da USP, sobre o Programa de Renda Mínima Social da Educação, que foi o seu tema de mestrado na Unicamp. Ela, então, se incorporou ao grupo de planejamento da Marta. E quando Marcio Pochmann foi convidado, ele convidou a Ana Fonseca para ser a coordenadora do programa de renda mínima associado à educação, e que se tornou, na gestão da Marta, o maior programa municipal, dentre todos os municípios brasileiros, e que teve resultados consideravelmente positivos. Se você puder até recordar isso.

Com o Marcio Pochmann eu tenho tido uma relação contínua. Ainda quando, há algum tempo, lhe sugeri que pudesse, a Fundação Perseu Abramo, constituir um grupo de trabalho para estudar as etapas na direção da Renda Básica de Cidadania, algo no que eu vinha insistindo com a Presidenta Dilma. Mas o dia que eu fui ao Marcio Pochmann conversar

sobre isso, estava terminando a reunião do Conselho da Fundação Perseu Abramo, que é presidido justamente pela Presidente Dilma. E ele, de pronto, e ao lado da Presidenta Dilma, aceitou a sugestão. E foi nesta sala que foram realizadas as reuniões do grupo de trabalho para estudar as etapas em direção à renda básica. Então, Marcio, eu considero esta nossa audiência mais uma reunião, instituição, por etapas da Renda Básica de Cidadania, da qual também tem participado Ladislau e Aldaíza. Então muito obrigado por ter aceitado o nosso convite para estar aqui.

Tem a palavra Prof. Marcio Pochmann.

**O SR. MARCIO POCHMANN** – Nossa saudação a todos os presentes, e também aos que nos acompanham pela internet, com um abraço fraterno e solidário, especialmente nesta sessão, uma audiência pública que tem como presidente do Vereador Gilberto Natalini, alguém comprometido com a trajetória da luta contra o autoritarismo, pela inclusão social. E, obviamente, aqui, entre nós, a simbólica estatura do nosso Vereador Suplicy, por quem tenho grande estima e consideração, por seu compromisso, por sua disciplina, em fazer de algo que muitas vezes está no plano das nossas utopias algo concreto, palpável e realizável. Tivemos aqui a oportunidade de ouvir a nossa companheira e grande estudiosa Aldaíza Sposati, Vereadora e gestora pública, que fez uma apresentação bem concreta do ponto de vista das possibilidades de materialização desse projeto em debate. E teremos, na sequência, a oportunidade de ouvir o Prof. Ladislau, um incansável estudioso e discípulo, na verdade, do enfrentamento das mazelas do nosso país, especialmente agora na luta mais recente, que é em relação ao rentismo, que ele denomina *capital improdutivo*.

A minha exposição, na realidade, tem por objetivo ressaltar a importância do projeto de Renda Básica da Cidadania, compreendendo como, talvez, a quinta geração de ações dessa natureza.

Temos, praticamente, no nosso país, quase 100 anos de experiência de programas de transferência de renda. Isso tem a ver com a primeira geração que se instaura ainda na República Velha, quando em 1922, foi criado o imposto de renda, tributando 8 a 20% as rendas

auferidas à época e, já ali, constando as isenções da arrecadação para atender determinados gastos. No nosso país, já na década de 1920, temos contribuições que deixam de ser arrecadadas na forma de tributo, depois, na segunda metade dos anos 50, começa a denominar imposto de renda negativo, porque determinados segmentos deveriam pagar certo tributo e deixam de pagá-lo em nome de financiamentos em determinados gastos em saúde, previdência entre outros. Então, praticamente, em 1922, nos primeiros 100 anos da independência, temos um mecanismo de benefícios de segmentos de alta renda em função do imposto de renda.

Nós vamos ter uma segunda geração de tributos, olhando para segmentos empobrecidos, em 1974, em plena ditadura militar, quando o programa Renda Mensal Vitalícia foi constituído, sendo o primeiro programa sem a necessidade de comprovação de exercício do trabalho, então, pessoas idosas com 70 anos ou mais de idade, a expectativa média de vida do brasileiro era bem aquém disso, mas, de toda maneira, é o primeiro programa criado para segmentos de baixa renda, sem vinculação ao trabalho, porque várias iniciativas de complementação de renda como o 13º salário ou o salário família estavam vinculados ao exercício do trabalho formal.

O imposto de renda permite uma transferência, uma retribuição e não pagamento do imposto de renda, para quem não necessariamente está vinculado ao trabalho, isso na década de 1920, a primeira geração de programas desse tipo.

Tivemos em 1974, quando Presidentes militares diziam que a economia brasileira ia bem, mas o povo ia mal. Então, uma iniciativa que, na verdade, só teve sequência a partir da década de 1990, com a estabilidade monetária, com experiências como na cidade de Campinas, que viabilizou a transferência de renda para a população mais pobre, Renda Mínima, e não vinculada a qualquer exercício do trabalho.

Então, temos, aí, uma terceira geração de programas vinculados à estabilidade monetária do país e iniciativas locais, municipais e, depois, no Distrito Federal.

Temos uma quarta geração de programas de transferência de renda, no caso,

Renda Mínima, no início dos anos 2000, quando fica claro que a economia – apesar de ser estável monetariamente, de não estarmos mais diante da superinflação que, obviamente, retirava a renda dos mais pobres, que não tinham condições de proteger os seus rendimentos em mercados financeiros e contas bancárias remuneradas que nós tínhamos, chamadas quase moeda, que eram a possibilidade daqueles que tinham acesso a bancos protegerem os seus recursos, enquanto que pobres desbancarizados tinham corroído, automaticamente, a sua remuneração por força da inflação - com o Plano Real, com a estabilidade monetária, o que se percebeu foi, justamente, que esse imposto, praticamente, desapareceu, mas ele se mostrou incapaz para viabilizar a expansão da economia com empregos.

Então... e com o Plano Real, com a estabilidade monetária, o que se percebeu foi justamente que esse imposto praticamente desapareceu, mas ele se mostrou incapaz para viabilizar a expansão da economia com empregos. Então, no início da década dos anos 2000, a experiência que foi aqui já suscitada, tanto por Aldaíza como por Suplicy, a experiência aqui de São Paulo marcou uma referência nacional na medida em que ela se voltava justamente para essa realidade inquestionável em nosso Município, assim como em várias partes do Brasil, que era uma economia incapaz de gerar empregos. E, nesse sentido, a ideia da transferência de renda, não necessariamente associada ao emprego, mas à qualificação, à preparação, do ponto de vista da substituição da..., ou melhor dizendo, o financiamento da inatividade de crianças para poderem se preparar e terem condições melhores de exercer o direito de busca ao trabalho, porque infelizmente o que nós tínhamos, até então, era uma espécie de reprodução da pobreza, na medida em que os filhos dos pobres continuavam sendo pobres porque os seus pais já eram pobres. Então, eu diria assim, uma quarta geração de programas e que foi, de certa maneira, muito bem apropriada, do ponto de vista das experiências municipais, na constituição do Bolsa Família, que foi a reunião de programas setoriais, que tinham sido já instituídos a partir dos anos 90 com a estabilidade monetária, mas eram programas pontuais, do ponto de vista do acesso. Então, o Bolsa Família vai ser um programa que ganha dimensão nacional, envolve um crescimento significativo no número de

beneficiários e exerce um poder muito grande, do ponto de vista de unificação das diferentes iniciativas dos governos estaduais e municipais, né. Tanto assim que a saudosa lembrança de Ana foi fundamental, porque ela não apenas contribui decisivamente para a implementação do Programa de Renda Mínima aqui na cidade de São Paulo, como foi uma das principais formuladoras do Bolsa Família, do ponto de vista da articulação e integração do programa nacional com os programas municipais e estaduais, buscando fugir da lógica da competição da concorrência política que havia, inclusive, naquele momento, no início desse século. Então, isso, certamente nos permite olhar para trás e perceber que esses programas, desde os anos 70, com o Renda Mensal Vitalícia passando pela diversidade dos programas municipais de Renda Mínima ao Programa Bolsa Família, todos eles, de certa maneira, têm reconhecimento científico da literatura especializada que comprova a justeza de programas dessa natureza.

Agora, ainda recentemente, o estudo demonstrou que sem o Bolsa Família nós teríamos, pelo menos, 25% a mais de pobres vivendo na condição de extrema pobreza, na miserabilidade; teríamos 10% a mais de pobres em nosso País.

Então, não há questionamento científico em relação a programas dessa natureza aqui, no Brasil. Eu diria, assim, que há, inclusive, um apoio, uma comprovação política, porque mesmo governos ideologicamente contrários a essa perspectiva de programas, não ousam, na verdade, alterá-los. Tanto é que, no atual Governo Federal, nós temos hoje o maior contingente de famílias atendidas pelo Bolsa Família da história, desde que foi construído, até com uma novidade, que foi a inclusão positiva de um 13º benefício.

Então, eu diria que esses são, de forma muito rápida, as quatro gerações que nós fomos percebendo, com diferentes modalidades, em programas para ricos e programas para pobres. Parece-me que a proposição aqui em análise, de certa maneira, busca uma convergência de programas que hoje se encontram separados em relação a ricos e a pobres. Ou seja, a ideia de constituição de um fundo que viabilizasse a transferência de renda para a cidadania, nesse sentido, romperia com as quatro gerações anteriores, que separam ricos e pobres. Nesse sentido, parece-me um avanço extremamente importante de ser destacado,

porque, obviamente, se nós olharmos a quantidade de transferências que são realizadas pelos governos, nos planos federal, estadual e municipal, nós teríamos, de início, condições plenas de implementação para além do que já existe. Obviamente, o programa Bolsa Família, que atende de 12 a 13 milhões de famílias, compromete um recurso inferior a 0,5% do Produto Interno Bruto. Obviamente, se nós adicionarmos recursos que dizem respeito a isenções, a subsídios que se assemelham à transferência de renda em diferentes programas, nós teremos um aporte que daria, sobretudo, condições para constituir, de fato, essa quinta geração, em termos de enfrentamento dos problemas que nós temos, em um País de profunda desigualdade e que está diante de um contexto novo – que é um contexto de ter de conviver com uma economia incapaz de crescer, algo que nós não conhecíamos até então.

Pela primeira vez na história – pelo menos, desde que o capitalismo aqui foi implantado, a partir da década de 1880 –, nós não temos crescimento econômico. Ou seja, nós estamos no ano de 2019 e a economia nacional está operando 5% inferior ao que era em 2014. Se nós analisarmos o ponto de vista da renda *per capita*, porque, se a economia está 5% inferior, considerando que a população, entre 2015 e 2019, tenha crescido 4% – a população aumentou, acumuladamente, 4%... Nós estamos falando, portanto, de uma renda *per capita* inferior a 9%, no País – isso, é claro, se nosso País distribísse equanimemente a renda. Infelizmente, não é essa a realidade.

Quando nós vamos olhar a distribuição pessoal, por decil da renda, nesse período, é que nós percebemos que o segmento dos 10% mais ricos do Brasil – segundo o IBGE, são todos aqueles que recebem acima de seis mil reais mensais – aumentou a sua participação na renda em 6%, enquanto os 50% mais pobres tiveram uma redução na participação da renda em 39%. Então, essa regressão econômica é profundamente desfavorável, regressiva, para a população mais pobre deste País e tem permitido, inclusive, que os segmentos mais ricos se beneficiem, como é o fato de uma economia que não cresce ter, por exemplo, apenas cinco bancos, com lucros crescentes e extraordinários. Então, nós estamos, na verdade, em uma situação em que o País tem uma economia que não cresce, convivendo com o

aprofundamento da desigualdade.

Aliados a isso, como o próprio Vereador Gilberto nos antecipou, a partir de um livro que está lendo, do Yuval, estão o problema tecnológico e a dificuldade de geração de postos de trabalho de qualidade. Por exemplo, a cidade de São Paulo é a principal cidade do mundo em termos de usuários de plataforma por aplicativo no transporte individual. É a maior cidade. Estudos ainda preliminares demonstram que são jornadas superiores a 12 horas diárias. Ou seja, nós estamos falando de jornadas que podem chegar a 70 horas semanais. Isso equivale ao que era o Brasil no século XIX. Há remunerações que não chegam ao salário mínimo, sem direitos trabalhistas. Ou seja, há esta proliferação de postos de trabalho e os entregadores, que usam bicicleta, que atendem... Jovens negros da periferia estão submetidos a uma condição de exercício de trabalho que os mantém, na verdade, como a literatura inglesa denominou, *working poors*. Ou seja, apesar de trabalhadores, mantêm-se na situação de pobreza. Isso é algo do passado, mas que infelizmente, apesar do salto tecnológico vem acompanhado destas novas circunstâncias.

Portanto, o projeto em avaliação, em consideração, nos parece extremamente meritoso, mais do que justificável e extremamente adequado para a realidade que estamos vivendo. Não é um problema de ausência de recursos financeiros, ainda que estejamos vivendo um problema fiscal de grande porte. Mas na realidade a reunião dos diferentes fundos existentes e que servem à transferência de renda de forma muito desigual poderia ser de certa maneira algo inédito, ousado e extremamente adequado para viabilizar um programa dessa natureza. Ainda que comece por São Paulo, a Cidade mais rica do Brasil, seria não apenas um exemplo simbólico do que é possível fazer numa cidade rica, mas também é possível fazer no país como um todo.

Com essas palavras quero mais uma vez agradecer a oportunidade de estar aqui. A confiança do nosso Senador Suplicy, na medida em que estamos caminhando para termos - não sei se relatório é uma palavra adequada -, que valide a perspectiva de a cidade de São Paulo sair na frente unindo diferentes partidos e perspectivas, porque o que está em jogo é o

futuro da nossa população e do nosso país.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy)** – Muito obrigado, Marcio Pochmann, sua reflexão nos traz aqui elementos de grande validade para o propósito de logo fazermos de São Paulo um exemplo da Renda Básica de Cidadania. E mesmo que por etapas vamos por esse caminho.

É interessante observar que Maricá tomou a frente e no dia 05 de agosto pagou 130 mumbucas equivalentes a 130 reais por mês para 50 mil habitantes, um terço dos seus 150 e poucos mil. Mas até o final do próximo ano e começo de 2021 os 150 mil e poucos habitantes – já vão estar se aproximando de 160 mil – estarão recendo a Renda Básica Universal incondicionalmente. E quem sabe São Paulo até lá também caminhe nessa direção de universalizar, senão para os 12 milhões, pelo menos para, por exemplo, a ideia de se pagar a todos, para começar, até 17 anos e 11 meses. Esse seria também um passo positivo.

Passamos agora a palavra ao querido Professor Ladislau Dowbor, que tem sido um companheiro de estudos desse tema e de tantos outros sobre a natureza do sistema econômico que vivemos e é um dos principais colaboradores de como chegarmos um dia a uma sociedade justa, solidária e fraterna.

Ladislau, com a palavra.

**O SR. LADISLAU DOWBOR** – Bom dia a todos. Estou nessa já faz algum tempo, o Gilberto diz que já está há muitos anos com o Suplicy apoiando essas coisas. Francamente não me lembro desde quando estou com o Suplicy. Há tempos.

Estamos numa batalha que é interessante pelo seguinte, é uma solução óbvia, imensamente produtiva e que gera resistências muito mais ideológicas do que propriamente de compreensão dos mecanismos econômicos.

Para quem não me conhece, sou economista e Professor da PUC de São Paulo. Fui consultor do Secretário-Geral da ONU para a área de Assuntos Políticos Especiais, que é uma forma educada de se referir a um país que estava no buraco. Trabalhei por 7 anos na

África, trabalhei inclusive com um sistema parecido na Nicarágua, um tipo de cesta básica de apoio, que eles fizeram universal, pois viram que saía muito mais barato generalizar para todo mundo mesmo que alguns recebessem sem merecer - seria um custo menor do que, digamos, o custo burocrático.

Essa ideia de que a algumas coisas todo mundo tem direito, é básica. Mas é uma atitude, muitas vezes, ideológica até. As pessoas dizem: “Não, não é merecido” e coisas do gênero, mas não vou entrar nessa discussão.

Basicamente, a desigualdade é um problema chave nosso. Pelos últimos dados que temos, somos o nono país mais desigual do Planeta. Assim, isso não funciona; não temos elite, temos uma oligarquia sem vergonha que está travando o desenvolvimento deste país, eis a realidade. Em termos econômicos, não há como, é preciso se fazer os cálculos.

Sugiro o seguinte: essa desigualdade tem uma dimensão ética, que é fundamental. No mundo há 1% que tem mais, e os 99% com o restante. Estamos trabalhando muito mais hoje com concentração de patrimônio do que com concentração de renda. A concentração de renda no Brasil está na faixa de 0,5; a concentração de patrimônio, na faixa de 0,8. Isso é calamitoso por uma razão simples: os ricos compram ações que rendem, fazem especulação financeira, colocam dinheiro em paraísos fiscais, compram terrenos que vão se valorizando, são rentistas *etc.* Já o pobre, não - e me refiro à massa da população -: mal consegue fechar o mês, o que dirá comprar coisas que vão render.

Darei um exemplo muito prático para as pessoas entenderem: um bilionário – e vocês têm que imaginar o que é um bilionário, temos vários – que aplica seu bilhão, ele não investe, faz aplicação financeira. Investir e produzir coisas dá trabalho; aplicação financeira requer só computador. Se ele aplica 1 bilhão de dólares, está ganhando ao dia 137 mil dólares? Estão entendendo? No dia seguinte, ele está aplicando 1 bilhão mais 130 mil dólares, porque a vida está cara, então separam-se 7 mil dólares – estão entendendo? Na realidade, criou-se uma casta de gente que se apropria de recursos sem produzir grande coisa ou, em geral, sem produzir nada.

Isso está desequilibrando o País, e não é um processo particularmente nosso e novo. Estive há duas semanas na Europa em uma reunião com pessoas de Oxford, Cambridge, London School of Economics; juntaram 23 pessoas para discutirmos esse desequilíbrio radical no Planeta, que faz com que 1% tenha mais do que os 99% restantes. Esse 1% produz tudo isso?

Ou seja, há a dimensão ética de todo esse processo curioso. Muita gente diz: “Mas o pobre vai receber sem merecer, sem trabalhar”, “Agora esse cara é o quê”. Só que falamos de bilhões de pessoas. O desafio ético da desigualdade é enorme e fundamental. Ético no sentido de estarmos remunerando de maneira fantástica, surrealista gente que não produz; ao contrário: extrai do processo produtivo. Por outro lado, estamos gerando uma situação que é absolutamente insustentável. Por exemplo, está aumentando novamente a fome no mundo, há 800 milhões de pessoas que passam fome. Há 800 milhões de pessoas que passam fome, gente! Dentre essas, há 150 milhões de crianças. Temos como ordem de grandeza, 7 milhões – e fazemos esse trabalho com o Unicef - que morrem por não terem acesso a alimento.

Tenho um orientando na PUC que estava me falando sobre o Holocausto. Eu perguntei: “O que tem a ver?”. Ele me disse o seguinte: que são 7 milhões de crianças que morrem anualmente, o que dá 6 torres de Nova Iorque por dia, e elas não são culpadas de nada.

A dimensão ética está chegando a um nível...e sabe de um negócio? Está chegando a um nível porque não temos os pobres de antigamente. Meu primeiro emprego era no Recife, eu cobria área rural de Pernambuco com aquela miséria, aquele campão e você vê a pessoa quebrada desde criança. Isso não tem mais.

Estive na África agora e parei o jipe junto de um *campanho*, como se deve, – preto, com turbante, descalço - em uma estradinha de terra e perguntei a ele como ele faria já que não tinha chovido e ele olhou para mim tranquilo e falou: “Quero saber como vocês vão fazer.” Já não é mais pobre como antigamente. Os pobres do mundo estão com o saco na lua de não poder ter hospital decente para mulher parir e coisa do gênero.

Então, na realidade, as tensões...O que a gente vai fazer? Vai fazer um muro entre o México e os Estados Unidos, vai por mais navio no Mediterrâneo. Ou seja, estou colocando que isso aqui é um desafio planetário e quando Vereador Natalini diz que isto aqui está se tornando...está na hora dessa renda básica e dessas coisas, é porque realmente está na hora, estamos chegando a um nível absolutamente insustentável.

**O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy)** – Ladislau, apenas convidar o Sr. Marcelo Del Bosco, Secretário-adjunto, para compor a Mesa, representando a Secretária Berenice Giannella. Seja bem-vindo.

Pode prosseguir Professor Ladislau.

**O SR. LADISLAU DOWBOR** – Temos uma dimensão ética e temos uma dimensão político-social. O que nós discutimos nessa reunião da Europa é que o sistema está se tornando ingovernável. É só olhar o que está acontecendo com o Brexit, com o Trump nos Estados Unidos, com o Erdogan na Turquia, com Duterte nas Filipinas, enfim, por toda a parte.

A partir de certo grau de desigualdade não há mais governança decente. É um problema social e político. Então, a erosão da democracia no planeta está se generalizando e é um perigo para todo mundo. O desafio está se tornando central também não só em termos éticos, mas também em termos de funcionamento em democracia. Se você tem e quer ter democracia política sem um mínimo de democracia econômica, esquece que esse negócio não vai existir. Isso não funciona.

O terceiro eixo que eu quero insistir é o eixo econômico. Pegando a história econômica do *welfare state* da Europa ou do Canadá ou dos Estados Unidos na época, o pacto de (ininteligível) Estados Unidos, todos os sistemas que permitiram a prosperidade que temos atualmente pegam inclusive a Coreia do Sul, todos se basearam em ampliar o consumo da base da sociedade. Esse é o principal motor porque o consumo na base da sociedade gera uma ampliação da atividade empresarial.

Lembrar que no Brasil estamos trabalhando com menos de 70% da nossa capacidade. As empresas estão paradas. Não vai gerar inflação. Se você tem mais demanda,

isso gera mais atividade produtiva, o que aumenta evidentemente o emprego. Isso aumenta ainda mais o consumo, tanto o consumo maior das famílias gera imposto sobre consumo - receita para o Estado – como atividade empresarial gera imposto sobre produção - receita para o Estado - e a conta fecha. A conta fechou na Europa ocidental onde eu acompanhei muito, fechou em um conjunto de países que viram que a forma distributiva é a forma mais inteligente de desenvolver a nossa sociedade. Não se trata de gostar de pobre, de fazer coisa para pobre. Trata-se de fazer a sociedade funcionar.

A meu ver essa batalha junto com a renda básica de cidadania tem de se acompanhar. Quando a gente gera mais dinheiro para o Estado, não é só para encher os cofres públicos, mas isso permite gerar, financiar infraestrutura, financiar políticas sociais.

Vou dar um exemplo de outra forma de renda básica. No Canadá, o canadense tem um salário menor do que o americano, mas o canadense tem creche de graça, Universidade de graça, Saúde de graça, hospital. Vejam que interessante, o custo por pessoa de Saúde no Canadá é de 3400 dólares por ano. O custo nos Estados Unidos é de 9400. Os Estados Unidos estão em último lugar nos países da OCDE em termos de qualidade da Saúde. O americano, quando tem problema, dá um pulinho até o Canadá. O brasileiro, por desgraça, vai para os Estados Unidos.

O processo é central no contexto. Um foi falado pelo Natalini. As pessoas dizem que o futuro vai dar desemprego por causa das tecnologias. Peguem os dados. Os empregos informais no Brasil, gente que se vira, são 37 milhões, dados do IBGE. Desemprego, 13 milhões. 37 mais 13 são 50 milhões. Temos 50 milhões de pessoas que estão tentando se virar. Não é o futuro, é agora. Temos agora que assegurar renda decente para um conjunto de pessoas.

Temos de lembrar que somos um País de 210 milhões de habitantes, uma força de trabalho de 105 milhões, agora, o emprego formal no Brasil é 33 milhões de pessoas, 31%. O que faz o resto? É bom senso no contexto que a gente está vivendo. No contexto também é que as tecnologias de gestão de programas desse tipo hoje, o avanço do cartão de crédito, do

acompanhamento e da fiscalização de política desse tipo de transferência através de algoritmos é perfeitamente viável. É curioso porque a gente junta com o que há de mais atrasado em termos de gente excluída economicamente com as tecnologias mais avançadas e a coisa casa. É tecnicamente viável, sai muito barato em termos de gestão e obviamente a reunião e articulação dos diversos programas seria muito mais produtivo.

Faz parte também e isso é um argumento que Aldaísa levantou e a gente tem trabalhado muito nisso, com a ideia de descentralização de recursos. Pego a Alemanha, o alemão tem uma carga tributária muito mais elevada do que a nossa, mas o recurso, cerca de 40%, vai direto para os municípios. Na Suécia, 72%. A China é mais descentralizada que a Suécia em termos de distribuição dos recursos. Isso funciona porque o dinheiro fica mais próximo da base da sociedade.

Então, você puxar o dinheiro para onde é útil, para a sua utilidade real funciona muito mais. O nosso dinheiro está lá em cima e lá em cima a gente sabe que o ar é muito rarefeito, enfim.

Isso é interessante. Os alemães inclusive não colocam o seu dinheiro em bancos colocam em caixa de poupança, cada município tem uma caixa de poupança. Então as poupanças das famílias são utilizadas para melhorar o município, gerar programas, desenvolver e coisas do gênero.

Eu batalhei tempos atrás com Almir e com Paul Singer para criarmos um banco municipal. Isso está funcionando. Isso funciona na China, funciona nos países nórdicos, funciona numa série de países.

Esse programa da renda básica universal é bom-senso elementar. Além disso, temos de ter acesso a certos bens e serviços de consumo público – saúde, educação, segurança e coisas do gênero - e temos de ter a reapropriação do controle dos nossos controles. E isso funciona, não é preciso ter grandes ideologias. Nós temos essa desgraça, que herdamos, de que, se sou de esquerda, quero estatizar e, se sou de direita, quero privatizar. Gente, somos uma sociedade complexa! Hoje temos que ter sistemas articulados e

diferenciados.

Finalmente, sugiro que os vários argumentos que se levantam aqui são argumentos ideológicos, as chamadas narrativas. O primeiro, de que “o pobre vai se encostar”, com o Bolsa Família constatamos que isso não acontece; ao contrário, gera oportunidades e dinamiza a economia. Ao contrário, a renda na base da sociedade gera efeitos multiplicadores. O segundo, de que “é recurso não merecido”, é outra bobagem. Viver com certa infraestrutura: uma rua asfaltada, rua iluminada, saúde, educação, coisas básicas, tem que ser para todo mundo.

O argumento de que não cabe no orçamento é fundamental. Calculamos quanto dinheiro vai custar para a população. É só fechar o circuito, olhar para a outra metade do círculo. Porque esse dinheiro da base da sociedade vai dinamizar o consumo, que dinamiza a atividade empresarial, que dinamiza a renda para o Estado, e aí a conta fecha. Fechou com o sistema do Presidente Roosevelt, para sair da crise; fechou com o Welfare State, o Estado do Bem Estar Social na Europa, e está fechando na China, na Coreia do Sul, no Canadá e em outros países.

Quero sugerir a vocês o seguinte: nós fizemos uma proposta em 13 eixos, que consta como anexo nesse livro, formulada junto com Ignacy Sachs, que é um dos criadores do conceito de desenvolvimento sustentável, e com Carlos Lopes, um africano que foi Subsecretário Geral das Nações Unidas. Fizemos 13 propostas, nas quais juntamos as políticas sociais, a Renda Básica de Cidadania e coisas do gênero. Vale a pena ler esse livro, que está disponível gratuitamente online. É só colocar “Ladislau” na internet que vocês chegam ele. Está disponível também em vídeos. Deus e o mundo estão usando esses vídeos no Brasil para formar as pessoas para entendermos como funciona o sistema. Há até favelas de diversos lugares. Recentemente, dei um curso em uma favela do Rio de Janeiro: eu, online, a partir do computador.

Gente, todo esse dinheiro é nosso, não é dos bancos. Então, resgatar a produtividade desses recursos é absolutamente essencial. Era isso. Obrigado. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy)** – Muito obrigado, querido

Ladislau Dowbor. O livro é *A Era do Capital Improdutivo*, publicado pela editora Autonomia Literária.

**O SR. LADISLAU DOWBOR** – Mas o livro está disponível online gratuitamente, no link <https://dowbor.org/>, e o curso que damos é em conjunto com o Instituto Paulo Freire, que tem tudo a ver.

**O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy)** – Muito obrigado. Agradeço a presença do Sr. Marcelo Del Bosco, Secretário Adjunto da Secretaria Municipal de Assistência Social. Já falaram: a professora, ex-Vereadora e ex-Secretária da Assistência Social Aldaíza Sposati; o nosso relator, Vereador Gilberto Natalini; o professor Ladislau Dowbor e também o professor Marcio Pochmann, que tinha uma viagem aérea já agendada e teve que sair.

Quero passar a palavra para abordarmos, agora, nosso propósito de levarmos adiante, gradualmente, a proposição de nossa autoria da Renda Básica de Cidadania. Tendo em vista que hoje o município de São Paulo, além do Programa Bolsa Família, possui o programa Renda Cidadã e o Programa de Renda Mínima, este implementado desde a gestão da ex-Prefeita Marta Suplicy, que já foi objeto aqui de diálogos e considerações, assinalamos a proposição, que está por ser estudada, de se juntar esses diversos programas – o Bolsa Família, o Salário Família, o desconto do IR permitido àqueles que ganham mais por cada dependente até 16 anos *etc.*- para se instituir uma primeira etapa, para todos os habitantes até 17 anos e 11 meses, de uma Renda Básica Universal, como propõe o economista Sergei Soares, do IPEA.

São diversas as ideias e proposições, mas avaliamos que será importante o diagnóstico que as Secretarias de Assistência e Desenvolvimento Social e de Direitos Humanos e Cidadania possam colaborar conosco.

Tem a palavra o Sr. Marcelo Del Bosco, Secretário Adjunto da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social.

**O SR. MARCELO DEL BOSCO** – Cumprimento o Sr. Presidente, Vereador Eduardo Suplicy, na figura de quem cumprimento os demais membros da Mesa e os demais

presentes.

Seria para a Secretária Berenice estar presente, mas hoje há o lançamento de um programa da Secretaria de Direitos, da qual ela faz parte; assim, eu saí de uma reunião e vim para cá para poder participar. (Pausa)

É comigo que o senhor está falando?

- Manifestações no recinto.

**O SR. MARCELO DEL BOSCO** – Eu gostaria só de saber, ...

**O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy)** – Eu pediria a atenção, por favor.

**O SR. MARCELO DEL BOSCO** – Como eu respeitei os senhores,... (Pausa) Então, tudo bem.

- Manifestações no recinto. Falas simultâneas.

**O SR. MARCELO DEL BOSCO** – Eu gostaria de dizer, Sr. Presidente, que, através do meu Coordenador, que está presente, e da nossa assessoria técnica, esse projeto tem, primeiro, um estudo de muitos anos. Acompanho o trabalho de V.Exa., até quando V.Exa. remeteu isso a 1950, não só à Câmara Federal, de pedidos que foram feitos, e soube aproveitar, de pedidos de outros parlamentares no Congresso Nacional, a experiência que o senhor fez no Senado Federal ao aprovar esse projeto num momento totalmente difícil naquela época, até porque V.Exa. era de um partido que fazia oposição ao governo que ali estava. Mas todos os parlamentares, da Câmara Federal e do Senado, respeitaram e souberam da importância do trabalho de V.Exa.

Depois V.Exa. - através até de um estudo que foi muito bem aceito no Governo do Distrito Federal, com o nosso Senador e Governador na época, Cristovam Buarque -, deu o início, o pontapé. É importante lembrar, como V.Exa. colocou, que não importa o partido político, se é de direita ou de esquerda: estamos falando de um tema importante. Na época, tratava-se do governo de Cristovam Buarque, mas foi abordado também pelo governo de Magalhães Teixeira, o *Grana*, que começou a implementação no Estado de São Paulo, na

cidade de Campinas. Assim, esse tema envolve todos nós brasileiros, não só paulistanos nem só paulistas.

V.Exa. trouxe o assunto para a cidade de São Paulo com o apoio também de diversas bancadas, e com os benefícios que já existiam, vindos do Governo Federal – de administrações distintas; e tivemos a aprovação desse projeto, cuja implementação não pode ser feita da noite para o dia.

Lógico que foi quase no final do governo do Prefeito Fernando Haddad, mas que nós, no início desse governo, a Secretaria veio trabalhando – está aqui o coordenador também, o Francischini –, e houve uma troca de informações entre a Câmara e a Prefeitura através de várias perguntas que foram feitas pela comissão, para que não atrapalhassem os outros benefícios que são recebidos, seja estadual ou federal, mas em que entra a cidade; mas que não atrapalhem esses programas que já vêm sendo feitos há muito tempo na cidade de São Paulo, que é a maior população do Brasil.

Com isso, a Secretaria respondeu dois lotes de perguntas, e perguntas bem específicas, feitas pela comissão. Dessas perguntas, nós, algumas, não dúvidas, mas, sim, a dificuldade da implementação. Até porque temos o Cadastro Único, o CAD, que tem uma abrangência geral e um controle muito importante, mesmo sabendo que temos outros programas na cidade de São Paulo que podem, sim, movimentar esse mecanismo mais rápido. Mas o CAD Único, para gente, é uma base muito forte, porque, no território nosso, que é muito grande, com a divisão de 32 subprefeituras, ela dá uma realidade maior nos nossos benefícios que temos para a nossa população.

Houve uma emenda do Vereador Suplicy, aprovada aqui por esta Casa, pela qual dava a chance de se poder ter um estudo para a implementação desse programa. A emenda passou pelo Comas, pelo nosso Conselho de Assistência Social, e já está sendo estabelecido e formatado o Termo de Referência, tendo sido aprovado no dia 16 de julho. E, agora, nesse segundo semestre, vamos implementar, fazendo com que esse estudo seja a questão final para que se tenha a implementação desse programa.

Quero deixar bem claro que, para nós, da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, é muito importante esse projeto e essa lei de V.Exa. e da Câmara Municipal, porque vai dar um complemento com esse novo programa, inclusive para locais e pessoas que não estamos atingindo com esses programas que já existem. O que tem que deixar bem claro é que esse programa, e eu tenho certeza que V.Exa. não quer isso, é que não podemos, talvez, fragilizar outros programas, que são muito bem-vindos. Então, com esse estudo que vai ser possibilitado por uma emenda de V.Exa., nós vamos conseguir dar um diagnóstico geral, e, sim, apresentar para vocês. Espero que eu, a coordenadoria e a assessoria técnica, que fazemos esse trabalho, possamos terminar com êxito, para colocarmos em prática esse trabalho de V.Exa.

Em nome da Secretaria, eu queria parabenizar.

Eu como eu disse no início: o trabalho que V.Exa. vem fazendo nesses anos, seja no Senado, seja na Câmara Federal, e, agora, na Câmara Municipal, vem seguindo uma regra que começou pensando em Brasil, mas, talvez, e aqui tem alguns partidos, V.Exa. conseguiu mostrar que não era um programa que não era para o governo que ali estavam, mas, sim, para o futuro do país. V.Exa. conseguiu mostrar para diversos partidos a necessidade de se ter isso estabelecido pelo município.

Fico muito feliz da fala que tive a oportunidade de ouvir, de pensarem – e eu sei que hoje é difícil – num Banco Municipal, principalmente numa cidade como São Paulo. Até porque os controles, quando nós falamos de que estar cada vez mais perto do poder local, é bem mais fácil de controlar e de fiscalizar.

Eu entendo bem a preocupação da população, da sociedade com a questão não só, mas muitas vezes, quanto à improbidade administrativa ou até mesmo erros na questão da gestão pública, como também quanto à questão do grande mal que assola não só o país, mas o mundo, que é a corrupção.

Então eu fico aqui à disposição e também os nossos técnicos.

Mas quero dizer também que a Secretaria de Assistência apoia sim, até porque

esse projeto não começou de cima, veio das bases até com aquele grupo que foi criado, intersecretarial e com a sociedade civil, na época, foi um grupo importantíssimo, também com vários técnicos e com a Câmara e as secretarias que puderam, naquele momento, passar um diagnóstico da cidade de São Paulo.

Faço reverência, eu sei que não é o momento, mas queria parabenizar o artigo do Vereador Natalini que me representa porque sou filho e sobrinho de pessoas que passaram por aquele grande mal que assolou o país, que foi a ditadura militar.

Muito obrigado.

(Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy)** – Pela ordem, Vereador Gilberto Natalini, nosso relator, que terá um compromisso e vou passar a palavra pra ele.

**O SR. GILBERTO NASCIMENTO (PSC)** – Queria cumprimentar o Secretário Adjunto. Agradecer a sua presença e também cumprimentar o Vereador Suplicy.

Queria pedir, dizer ao Secretário que as respostas que vieram das nossas indagações ainda têm lacunas a serem esclarecidas. Queria deixar um pedido, acho que posso fazer em nome do Vereador Suplicy, para que possamos nesta semana reunir a nossa Comissão de Saúde, a Comissão de Direitos Humanos com suas assessorias para esclarecer alguns pontos, até para que a gente possa arredondar o projeto para ser aprovado e sancionado. Não tem nenhum problema de a gente aprovar e ser vetado.

Então é encaminhar, se o Vereador Suplicy concordar, estiver de acordo - porque ele é que é, na verdade, o pai das coisas, eu sou só o vizinho que está ajudando, o parteiro, sabe?

Então eu pediria a V.Exa, se pudermos encaminhar. Existe a dúvida se fazemos relatório ou substitutivo porque apareceram coisas importantes trazidas por várias pessoas. E o Vereador Suplicy, mais uma vez, vai dar a sua palavra. Depois nós vamos conversar pra ver o que ele quer que nós façamos. O que ele pedir, vamos fazer.

Por último, eu peço desculpa a vocês. Sei que agora vai falar a voz do povo, mas

vai estar aqui o Lucas; a Comissão de Saúde está representada e a Comissão de Direitos Humanos. Eu vou ter de sair porque a paciente, daqui a pouquinho, vai para a mesa de cirurgia e precisa de apoio moral. Acho que vocês podem ter a compreensão, a gente como médico, de vez em quando é assim acontece.

Eu me despeço, cumprimento todos vocês, os que estão na Mesa e os que estão na plateia. Agradeço pela oportunidade de participar de uma audiência tão importante para a Cidade e para o País.

Muito obrigado a todos.

(Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy)** – Prezado Secretário Marcelo Del Bosco, dentre as pessoas que ajudou a formular as questões que foram encaminhadas à Secretaria de Direitos Humanos, aqui está - trabalha comigo - o Sr. Leandro Ferreira, que é Presidente da Rede Brasileira de Renda Básica.

Tem a palavra o Sr. Leandro e, em seguida, passaremos aos inscritos. Leandro, se puder fazer algumas considerações sobre as respostas que foram enviadas pela Secretaria.

**O SR. LEANDRO** – Obrigado ao Marcelo e aos companheiros da Mesa que atenderam ao convite e que vêm, mais uma vez, contribuir.

Para ser objetivo em relação às solicitações, eu acho que só é importante, antes de tudo, Marcelo, a sua equipe sabe disso, por meio do Francischini, que tem nos ajudado na medida das possibilidades dele, mas relatar que a gente fez uma solicitação, já no âmbito da Comissão de Saúde dessas questões, no ano passado, por volta de novembro. E, aí, a gente não obteve resposta e, por conta das necessidades que a gente tinha de trabalhar com os dados que a gente tinha, foram construídos, inclusive, com o Vagner, que é da consultoria da comissão de saúde, apoia a elaboração dos projetos, a gente teve de fazer isso por meio da Lei de Acesso à Informação. Isso, em certa medida, é algo que não permite um diálogo tão fino quanto o que a gente gostaria de ter para o acesso aos dados. E, aí, posteriormente, o Vereador Natalini reiterou a solicitação, para que fossem respondidas no âmbito do processo,

as informações solicitadas. E, não por acaso, a solicitação veio com uma resposta exatamente igual. Então, a resposta que está no processo é a mesma que a gente já obteve no ano passado.

Então, seria importante, antes de tudo, a primeira coisa, atualizar essas informações. Por exemplo, no caso do pedido aqui, falar da sobreposição de programas nível estadual, federal e municipal. E, aí, isso é importante inclusive porque, por exemplo, o Programa Bolsa Família, cada vez que passa por um reajuste, implica em uma redução do número de beneficiários do Renda Mínima na cidade de São Paulo. Por quê? Porque teve uma alteração de lei em 2007 que faz com que o valor do benefício do Renda Mínima seja fixo e a ele seja descontado o valor do Bolsa Família. Então, o que acontece? O benefício médio do Bolsa Família, hoje, é maior que o benefício real do Renda Mínima. Isso leva a uma situação, que está na resposta de vocês aqui, de que a execução anual dos valores previstos para pagar o Renda Mínima fica da metade para baixo do previsto. Então, por exemplo, para 2018, está na resposta que vocês mandaram agora, dia 03/07, tinha 21 milhões previstos para serem pagos de Renda Mínima na Cidade, e foram pagos 9. Isso significa que é o que o Ladislau colocou aqui, que não é que não tenha o dinheiro. Ele existe e mais da metade dele não está sendo usada. É nesse sentido que a gente fala que um uso mais racional desse recurso pode significar um primeiro passo na direção mais universalista de uma renda básica, seja ela com o arranjo constitucional que a gente quiser. E, mesmo os contratos que a gente pediu, por exemplo, o número de contrato que rege o Banco de Dados Cidadão e também o pagamento do Programa de Renda Mínima. No caso do Programa de Renda Mínima, por exemplo, tem um contrato que não está tão bem descrito nas respostas, que é com o Banco do Brasil, desde dois mil e bola. Sendo que a Caixa Econômica Federal oferece termo de conveniamento que você pode usar o mesmo cartão do Bolsa Família para pagar o benefício estadual, municipal e assim por diante.

Então, a Prefeitura precisa aderir a essas coisas porque está gastando aí, às vezes, milhões de reais com a gestão desse tipo de instrumento que não serve para muita coisa.

Vou dar um exemplo. Não sei se há algum beneficiário ou alguém que já foi beneficiário do Renda Mínima, aqui, no auditório. Lora! Você sabe que o cara que recebe o Renda Mínima tem de buscar o cartão na agência do Banco do Brasil e o cara que recebe o Bolsa Família recebe... Às vezes, alguém leva à casa dele, inclusive, se for necessário, dependendo da estrutura que a cidade ou o município tiver. Não sei como está funcionando, hoje, em São Paulo – talvez, com os CRASs, mas são muito mais capilarizados do que agências específicas, por Subprefeitura, do Banco do Brasil, fora o contrato com a Prodam, para gerir o BDC, e assim por diante.

Foi por isso que apresentamos a emenda parlamentar, para que esse estudo possa avançar, mas, basicamente, precisamos de uma atualização desses dados. Ainda não olhamos o CD que acompanha, aqui, o processo, porque ficamos sabendo hoje – o Lucas e eu – que o processo tem tabelas dentro de um CD-ROM. Acho que poderia ter outro tipo de material, também, para responder isso. Qualquer *notebook*, hoje em dia, nem lê CD-ROM, mais, mas está tudo bem. Vamos arrumar um computador que leia isso, mas precisamos de uma atualização disso e abrir os dados, principalmente, de custos do Renda Mínima, porque os custos de transação do Renda Mínima superam em muito os valores necessários para darmos os primeiros passos necessários para a implementação da Renda Básica.

Então, é basicamente isso. Sua equipe tem trabalhado conosco na medida das possibilidades deles, para poder ajudar. Sabemos, por exemplo, que troca de Secretário acaba impactando esse tipo de resposta dentro do processo, mas o que conseguimos temos dialogado com eles.

Obrigado, Marcelo.

**O SR. MARCELO DEL BOSCO** – Obrigado. Posso responder, Vereador?

**O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy)** – Pois não, prezado Marcelo.

**O SR. MARCELO DEL BOSCO** – Primeiramente, eu concordo com o que você disse. Parte desses questionamentos não chegou à Coordenadoria. Está bem? Então, isso foi um problema de fluxo dentro do gabinete. Peço desculpas. Já conversei com a assessoria e

com o próprio Franceschini. Nós estamos preparando algumas novas respostas, até em torno disso, para poder, até o começo da semana que vem, retornar para vocês, antes da nossa reunião, que foi proposta pelo Vereador Natalini.

Então, eu gostaria, até, de dizer que já tivemos uma conversa, antes – por isso, também há a importância, como você falou, desse processo da emenda de vocês, que também vai tirar algumas questões importantes que estão travando o processo. Esse ponto, por exemplo, do Banco do Brasil e da Caixa, é um problema em que nós temos dificuldade referente à questão de contratos da própria Prefeitura, mas nós vamos levar isso, até mostrando quais são os questionamentos e a dificuldade que se tem. Até na justificativa de vocês, no próprio projeto de lei, já havia esse problema relacionado. Então, podem deixar, que até o começo da semana teremos um novo ponto para vocês.

**O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy)** – Prezado Secretário Marcelo, quero ressaltar, primeiramente, que é ótimo que se tenha iniciado uma interação de trabalho com a equipe, tanto do Vereador Gilberto Natalini quanto do meu gabinete – o próprio Leandro e todas as pessoas que estão aqui, da minha equipe.

Porém, quero lembrar que eu próprio apresentei, também, uma emenda para que possa ser formado um grupo de trabalho em cooperação com a PUC. Aqui estão dois professores da PUC, para estudar a implementação, justamente, da Renda Básica de Cidadania.

Então, Leandro, depois, se essa emenda... Acho que depende, também, da iniciativa da Secretaria de Assistência Social, para fazer com que a emenda seja aprovada e iniciada.

- Manifestação fora do microfone.
- Manifestação simultânea.

**O SR. LEANDRO FERREIRA** – Está bem. Então, é o processo que tem, que já está no termo de referência.

**O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy)** – Então, já está anotado. Tem

até uma estrutura de apoio. É importante e aqui há dois professores da PUC que poderão colaborar nessa direção.

Então, eu quero chamar a Lora Matoso, moradora de rua que foi beneficiária do Programa Bolsa Família e poderá inclusive dizer aqui como poderemos melhorar a ação do Bolsa Família um dia pra a Renda Básica, se ela achar uma boa. Então vamos ver.

**A SRA.** - Nossa! A mulher foi embora? A Aldaíza?

**O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy)** – Não, ela só foi ao toailete.

Você precisaria falar com a mulher, não é?

**A SRA.** - É.

**O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy)** – Se quiser que um homem passe à sua frente, depois você fala para a mulher. Quer fazer isso?

**A SRA.** - Por favor.

**O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy)** – Alexandre Frederico, então, por favor.

- Manifestação fora do microfone.

**O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy)** – O André Lucas está pronto para falar?

**O SR. ANDRÉ LUCAS** – Quero, primeiramente, agradecer a oportunidade da fala à Mesa diretora; dizer que eu não vejo você como um Vereador e, sim, você vai ser meu eterno Senador Suplicy.

Referente à pergunta que você fez à Loira, eu também sou pessoa em situação de rua, sou beneficiário do Bolsa Família e, juntamente com a Loira, posso dar meu depoimento sobre essa questão.

Primeiramente gostaria de fazer um repúdio aqui com a Secretaria de Assistência Social. Já estão sendo provados a ineficiência e o descaso da Secretaria não só com a população em situação de rua, mas também dos benefícios que podem ajudar a pessoa a sair dessa situação; faltam dados, como o Leandro comentou aqui, e também o descaso com essa

plenária, do atraso. Mas isso não é relevante aqui. Vamos falar de coisas relevantes e necessárias.

Eu, como beneficiário do Bolsa Família, vejo que o valor é insuficiente para as condições mínimas de cidadania da pessoa. Eu recebo R\$91,00. Uma cesta básica não custa isso, então está sendo negado um direito que está na Constituição Federal, que é dar condições mínimas de se alimentar, de vestuário e tudo mais.

Eu vejo necessidade de implementar essa renda mínima e eu trocaria, sim, Bolsa Família pela Renda Mínima, mas que seja um valor justo, que garanta o mínimo possível dos meus direitos, que é de me alimentar, de me vestir e direito de moradia digna, porque albergue não é moradia digna. E essa questão também da falta de direitos.

E um dos motivos que eu acho que... Quem sou eu para falar uma coisa ou outra, não é? Tem pessoas exemplares aqui para dizer coisas mais relevantes do que eu. Eu acho que um dos motivos que poderia sanar esse problema é a inclusão de todos na economia. Como o professor disse, a inclusão da massa toda na economia.

No governo do Presidente Lula ele começou a instituir isso, de colocar a massa para gerar economia, e acabou dando o começando a dar certo. E veio esse governo agora que começou com o Temer e agora com esse Bolsonaro, fica uma coisa assim meio relativa e sem perspectivas de futuro.

E outra coisa fundamental que eu acho para geração de renda, como o senhor professor falou da Coreia do Sul, rapidamente falando historicamente, há 60, 70 anos, na época da Guerra Fria, quando acabou a 2ª Guerra Mundial, a Coreia do Sul era 50 vezes menor do que o Brasil. Aí eles começaram a investir pesadamente em educação, e vejam o que é Coria do Sul hoje e o que é o Brasil hoje. Então acho que tem que olhar educação também, investir maciçamente em educação. Acho que isso acaba com todas as desigualdades que existem neste país. Esse governo não está querendo fazer isso, porque reduzir 30% o recurso para educação...

Muito obrigado. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy)** – Obrigado, André. Um depoimento muito relevante. Agora vamos à Lora Matoso, porque a Aldaíza já chegou. É importante o depoimento do ponto de vista das mulheres.

**A SRA. LORA MATOSO** – Bom dia. Eu sou Lora Matoso, há mais de 20 anos em situação de vulnerabilidade na rua.

Eu conheci Aldaíza Sposati em 2004 lá no Boraceia, e brigamos feio. Eu, carroceira, com duas crianças na carroça, eu estava fazendo curso de pintura e texturização de parede. Eu mudei um pouco, mudei um pouco, hoje estou mais... Nós brigamos porque a senhora falou que lá não era o lugar dos meus filhos, mas naquela época, como eu estava em situação de rua e eu tinha acabado de ir para moradia provisória, eles ainda não queriam aceitar meus filhos na creche por serem crianças de rua. E eu estava com as crianças e a senhora falou que lá não era o lugar dos meus filhos, que o lugar dos meus filhos...

---

**A SRA. ALDAÍZA SPOSATI** – Acho muito difícil eu ter dito isso.

**A SRA. LORA MATOSO** – É, mas nós brigamos. Inclusive quem foi lá conversar com a senhora e tudo, na época, foi a assistente social Priscila, uma pessoa que eu admiro muito. Infelizmente não está mais aqui, porque transferiram ela logo depois que ela tirou eu e a Marta da rua.

Mas eu quero falar para a senhora que, se a senhora não se lembra de mim, eu nunca vou me esquecer da senhora, que eu mudei um pouco. A senhora falou que o Bolsa Família continua bastante institucionalizado. Eu não vejo isso, eu não vejo porque muitas famílias que precisavam do Bolsa Família... Não que seja uma esmola, porque muitas pessoas falam que isso aí o governo dá; não é nada dado. A gente sabe que isso é um pouco do imposto que a gente paga, e é muito alto para a gente.

A senhora falou também do Cad Único, que é pouco utilizado nos bancos de dados, que realmente, infelizmente, é pouco utilizado. Quando a gente em qualquer lugar que tem que apresentar o Cad Único, que é aquele número do NIS, é um burocracia imensa e, por causa disso, muita gente perdeu o Bolsa Família, inclusive eu, na gestão do Haddad.

Quero falar para o Sr. Ladislau que o senhor falou muito que o senhor viajou. Que bom que o senhor tem dinheiro para viajar. Eu não tenho. Graças a Deus também. Eu quero ficar aqui. O senhor falou muito da economia, que o senhor viajou para outros países, da experiência que o senhor teve. Eu queria que não fosse esquecido aqui que o rico sempre escravizou; hoje ele é rico porque ele sempre escravizou o negro e o pobre. Eu não conheço um rico que saiba fazer uma massa de cimento. Eu sei, porque eu já ajudei a construir casa. Eu não conheço nenhum rico que fala assim: “Olha, eu desentupir esse bueiro cheio de merda”; a gente sabe. Então a gente sempre foi a mão, sempre fomos os trabalhadores que fizemos o trabalho do rico. Por isso que o rico tem dinheiro para investir na bolsa de valores. Eu nunca vou ter, entendeu, porque a todo dia, a toda hora sofremos essa nossa ditadura, porque temos a nossa ditadura principalmente o morador de rua que não tem direito a um emprego, ele tem direito ao desemprego, à violência, falta muito da Assistência.

---

Estamos com 50 crianças de rua, na Praça da Sé, todas com sarna. Graças a Deus, liguei para a Arlete, a Saúde está lá, mas falta a Assistência. Entrei em contato com o Marcelo Del Bosco, da Assistência Social, aquelas crianças precisam tomar banho porque quando levamos ao médico, a primeira coisa que o médico fala: mãe, seu filho tem de tomar banho. Não é o meu filho.

Então é muito complicado quando as secretarias não sentam e cada uma assume a sua responsabilidade. Só que querendo ou não eu fumo, então estou pagando meu imposto. Na minha maloca eu tenho de comprar o arroz, mesmo sabendo que a GCM vai me tomar tudo, mas tenho de comprar o arroz porque tenho de garantir a comida dos meus filhos, mesmo que seja um arroz com ovo, mas eles têm de comer. Se eu quiser água tenho de buscar, passar uma lona na minha carroça, tomar o meu banho e dar banho nos meus filhos.

Então fico muito feliz com a fala do senhor, é muito bom saber que as pessoas estão investindo, só que elas só sabem investir em si mesmas, porque o dia em que a sociedade civil, assim como o Governo Federal, Municipal e Estadual olhar para as pessoas e falar: aquilo também é responsabilidade minha, eu acho que vai ter alguma mudança. Aí acho

que realmente vai ter alguma coisa efetiva na política, principalmente na política pública.

Temos os Direitos Humanos e a Secretária várias vezes vira as costas para a gente, nunca sentou com a gente e perguntou qual a nossa demanda e o que vamos fazer. Estou falando porque lá sou Suplente, no PopRua, o que vocês vão fazer, o que é melhor fazer, vamos reunir a rua e saber o que a rua está precisando. A rua está precisando de emprego, de Saúde, de Direitos.

Quando falo a rua estou falando de um idoso como o senhor; de uma criança; de uma mulher que todo dia é violentada; de LGBT que não tem direito a nada; estou falando de todas as pessoas. Estou falando de gente. Estou falando de ser humano.

(Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy)** – Muito obrigado, Lora Matoso. Tem a palavra o Sr. Alexandre Frederico.

**O SR. ALEXANDRE FREDERICO** – Bom dia a todos e todas, Mesa, minha fala vai ser um pouco no gancho do que a Aldaíza falou também, mas fiquei assustado com a informação do Leandro, 21 milhões e na verdade nove estão sendo usados. Quero saber o que acontece com os 12 restantes. Cadê a minha parte do queijo. Tenho 15 anos de situação de rua e alguém está comendo o meu queijo e não estou sabendo.

Então 15 anos em situação de rua entre idas e vindas. Na fala da Aldaíza, veja só, 15 anos depois, ela era Secretária em 2004, estou ouvindo a mesma coisa: o famoso híbrido que não existe efetivamente. O Marcelo nos recebe, somos um grupo de quatro pessoas - eu, a Lora, a Índia e o Rinaldo -, o Marcelo nos recebe lá na SMADS, antes dele o José Cássio já recebia, depois a Gitane recebia e o Floriano também.

E tem gente que fala: nossa, essa Gestão abriu as portas da SMADS para a população de rua. Não. Está sentada na Mesa a primeira pessoa que abriu as portas da SMADS para a população de rua, não puxo o saco dela, mas tenho de falar a verdade. Foi num grito dos excluídos que ela montou um palco, um tablado na frente da SMADS para receber as nossas demandas. Algumas coisas demoraram, mas tudo o que levamos – eu, estava o Padre

Júlio Lancellotti -, se tem aquele bagageiro na Radial Leste, nós, população de rua, levamos para a Aldaíza: olha, tem um prédio da Erundina parado lá, fechado. A gente chamava de prédio da Erundina. Está lá e a população de rua precisa de um bagageiro na rua. Aquele bagageiro, Aldaíza, já está obsoleto. Precisamos de um em cada região. Já está pequeno. Quantos éramos, em 2004, e quantos somos hoje? Quando fizerem o censo vão ficar boquiabertos com a população que está na rua hoje.

Então enquanto não funcionar, isso a gente fala para o Marcelo, falamos para todas as gestões. Enquanto a saúde, a habitação, o desenvolvimento econômico, o lazer, o esporte, a cultura, a Secretaria de Subprefeituras e o Secretário de Governo Mauro Ricardo não sentarem todos numa mesa, aquela mesa enorme que tem na Prefeitura e falarem: “agora o nosso assunto vai ser a população em situação de rua” não adianta, não vai sair do papel, porque a população em situação de rua não é um problema da SMADS apenas.

A Lora falou das crianças com sarna, mas e o problema mental? Eu não sou o mesmo Alexandre de 15 anos atrás. Tenho cicatrizes desses 15 anos de ruas irreversíveis, eu nunca mais vou voltar, entendeu? E aquela pessoa precisa acabar os estudos, vai estudar numa UEJA à noite e levar um comprovante de que você mora num albergue ou que você mora embaixo do viaduto do Glicério. Vai tomar uma vacina, vai numa entrevista de emprego todo amassado, com um pão amassado, com o café morno para voltar cinco horas da tarde. Você desiste, você cai na droga, você cai na cachaça mesmo.

Então, esse híbrido vai ter que sair do papel a duras penas, é uma coisa em que a gente bate em todas as reuniões, né Lora? A gente é até repetitivo, cansativo, mas somos incansáveis, porque enquanto eu não vir o Secretário, começando pelo Secretário de Governo Mauro Ricardo e os outros, todos sentados, não adianta ser uma supersecretaria, não adianta darem um cargo para a Berenice de supersecretária. Eu não quero uma supersecretária, quero que cada um faça a sua parte. Cumpra-se a lei.

Obrigado. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy)** – Obrigado, Alexandre

Frederico pelo valioso testemunho. Agora vamos ouvir Robson Mendonça, da Coordenação Estadual do Movimento da População de Rua.

**O SR. ROBSON MENDONÇA** – Bom dia a todos e a todas. Cumprimento a presidência, eterno Senador Suplicy e os demais membros da Mesa.

Companheiro que antecedeu a minha fala, a Lora, a gente sabe que a atual conjuntura política que vivemos é uma “m”, para não terminar a palavra, onde não temos Presidente da República. Temos um asno no poder, e que infelizmente uma boa parte da nossa sociedade e a alta elite o elegeram e até alguns moradores de rua também.

Pasmem os senhores, eu já entro na base da renda mínima, mas pasmem os senhores, que tivemos 14 mortes de moradores de rua nesse inverno. Nem a Secretária de Assistência Social e Direitos Humanos, nem a SMADS, nem seu adjunto – com todo o respeito à sua pessoa, não estou falando da sua pessoa, mas sim da sua secretaria, que são órgãos diferentes – não tiveram a dignidade de dizer: “população de rua, lamentamos a morte da qual somos culpados por mandar uma ação de zeladoria tirar cobertores de vocês”. Lamentamos a morte daqueles que morreram de frio nas calçadas por não termos a competência de implementação de uma política pública eficaz.

A nossa querida Aldaiza Sposati, autora da Lei 12.316, Decreto 40.232, que muitas vezes estive na Câmara, eu a convidei e prontamente ela veio a “descomemoração” da lei, porque não temos o que comemorar. A gente vê até hoje a falácia de alguns secretários que passam por ali, a lei é cumprida, a lei é respeitada. Por onde? Por quem? Quando? De que maneira?

Recebo a chamada bolsa barrigudinha, bolsa miséria, bolsa fome. Eu recebo 89 reais, que dá para comprar o gás para fazer o café da população que está nas calçadas, porque é só isso que tenho. Como tenho a ONG, que tem CNPJ, um movimento estadual, embora seja sem fim lucrativo, com 67 anos, há três anos tento o PVC por ter câncer e com a aposentadoria não tenho direito, porque só tenho uma firma em seu nome. Não tenho direito. Então, resta-me a bolsa barrigudinha, a bolsa miséria, a bolsa fome.

O que fazer se o Presidente diz que é melhor dar arma do que dar livro? Tem que diminuir o PBC e outras coisas mais. O que fazer se nesta Casa alguns incompetentes vereadores dão inconstitucionalidade a algumas leis sem chamar as bancadas e negociar alguns termos que às vezes estão colocados inadequadamente? Como é a questão do PL que fala de água de bebedouros em logradouros públicos, que foi vedado por uma vereadora desta Casa? Obriga o Poder Público e o Legislativo não pode obrigar o Poder Público, mas não foi capaz de dizer: “vamos mudar esse texto para que possamos aprovar?” E a população de rua tinha direito à água? Não, simplesmente negou.

Mas, é esse o país que temos. São esses os governantes que temos. Ainda bem que temos pessoas sérias nesta Casa que trazem na pauta discussões importantes. A renda Básica de Cidadania irá mudar muito a vida de todos, brasileiros e não brasileiros, porque ela se torna universal, que é um direito universal o direito à saúde, vida, educação e moradia.

O ex-Prefeito e agora Governador criou o CTA porque a população de rua não queria mais ouvir falar de albergue, não gosta de albergue, detesta albergue, que é um lixo. “Ah, vamos mudar, vamos chamar CTA”. É uma maneira diferenciada de chamar albergue. Centro de formação de vagabundo, é isso, onde política pública ali não tem, onde levava móveis para inaugurar. Terminava de inaugurar, encostava um caminhão, carregava os móveis para inaugurar outro na frente.

Daí falam; “não, nós estamos dando dignidade para a população de rua”. Estamos no mês do massacre, mês nacional do massacre da população de rua. O que temos da Secretaria? O que está sendo feito pela Secretaria? Agora, botar empecilhos, perguntas “metamorfóbicas” sobre algumas questões que estão nesse PL5, vamos dificultar o máximo que pudermos, gente. Está falando de verba, verba do Poder Público, mas a mesma verba do Poder Público que fez a “ca...” do Vale do Anhangabaú. A mesma verba do Poder Público que tira a dignidade de quem está em albergue, onde tem muquirana, rato, tuberculose, alimentação indigna. É isso.

Eu morei seis anos na rua, três anos em albergue, fui corrido de vários albergues,

tive que entrar com ordem judicial para poder ter acesso ao albergue e muitos me chamaram. Até o ex-secretário, que agora está no Governo, tentou me comprar com uma chapa, falou: “você não tem dente? Vou mandar fazer os dentes para você”. Eu disse: “não, já tenho duas chapas que estão num copo d’água lá em casa, porque não uso. Quem usa é um copo que tem lá, acho que está com os dentes cheios d’água, fica lá eternamente, porque eu não uso”.

Eu queria, como foi dito aqui, a população de rua ser ouvida, saber as suas demandas e saber as suas necessidades, porque o movimento estadual da população em situação de rua o representa, muitas vezes, judicialmente em algumas questões, porque quem tem direito a falar é a Pop Rua. Ela tem boca, ela tem voz e ela sabe o que quer, quando quer e como quer.

Sr. Presidente e demais membros da mesa, esse é um projeto que vamos lutar de unhas e dentes, para que seja aprovado, porque vai trazer dignidade não só à população de rua, mas à população em geral.

Muito obrigado e durmam com esse barulho. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Obrigado.**

Sr. Secretário Marcelo, inclusive os moradores em situação de rua compareceram em número muito significativo e estão fazendo questão de aqui expressarem as suas opiniões.

**O SR. DARCI DA SILVA COSTA –** Bom dia a todos. Quero agradecer a Mesa e a plateia. Nosso Vereador, Sr. Eduardo Matarazzo Suplicy é um homem à frente do seu tempo, ao enxergar essa questão da renda. Está muito à frente do nosso tempo; e feliz está o município, o País que implementar esse programa, esse projeto, porque vai estar dando um salto sim no tempo.

Em maio de 2019, havia 122.215 famílias em situação de rua cadastradas no cadastro único, sendo 127.390 pessoas, pois, em apenas dois meses, já em julho, subiu para 127.695 famílias em situação de rua, havendo sendo 133.106 pessoas. Houve um salto de 5.797 pessoas a mais, a nível nacional.

A renda básica de cidadania é muito importante hoje principalmente para quem não

tem de onde tirar a renda. As famílias estão vindo para a rua. Nós estamos indo agora, o movimento nacional de população de rua está em uma caravana nacional. O movimento estadual também está com a gente, indo à Brasília, numa marcha. Vamos encaminhar a carta ao Sr. Presidente Jair Bolsonaro, pedindo a instituição, a nível federal, da renda básica de cidadania, e vamos estar também presentes na Câmara dos Deputados, na Câmara Federal, numa audiência pública, para instituir o Dia Nacional de Luta da População de Rua; e queremos que a bancada, o Legislativo nos apoie na implementação dessa política. É uma política pública. É lei. Queremos que essa lei seja garantida. Não queremos saber se há orçamento ou não. Há essa conversa de não haver dinheiro. A gente sempre faz isso quando alguém pede dinheiro para a gente. A gente diz que não tem dinheiro. Que se faça estudo. Tem de vir de algum lugar essa renda. Ela precisa ser implementada.

Então, nobre Vereador, o movimento levantou essa bandeira. Vamos levantar essa bandeira a nível nacional. Vamos mobilizar, porque é um direito de todos. Vamos buscar, assim como a gente tem buscado, a moradia, como a gente tem buscado a saúde, e nós também vamos buscar o cumprimento desta lei. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy)** – Sr. Darci Costa, eu acho muito importante o apoio que o Movimento Nacional da População de Rua está realizando. Primeiro compreendeu muito bem os objetivos dessa proposta. Inclusive, na oportunidade do diálogo que mantive com os senhores, eu pude ali expressar quais são as vantagens principais da renda básica de cidadania. Eu expliquei isso no meu livro Renda de Cidadania, Saída pela Porta. Quem não conhece, ele está disponível. Eu também quero recomendar a todos esse livro que eu escrevi. O prefácio é Renda Básica: uma Promessa Radical para uma Sociedade Livre e Economia Sã, do Prof. Philippe Van Parijs, que é o principal fundador da *Basic Income Earth Network*, da Renda Mundial da Renda Básica, e do seu colega, na Universidade de Louvain, Sr. Yannick Vanderborcht. Há inclusive a recomendação de como esses cientistas sociais examinam a ética e os princípios econômicos da proposição do espaço. É uma leitura essencial para qualquer pessoa que se interesse pelos problemas da privação e da falta de

liberdade, até mesmo nos países mais ricos do mundo. O argumento apresentado por Van Parijs e Vanderborght é convincente e, ao mesmo tempo, extremamente envolvente. É um livro brilhante. Fala-se em desenvolvimento como liberdade e que se o desenvolvimento se for para valer, deve significar maior grau de liberdade real para todos. Ele explica que, quando menino, seu pai era um bom professor na Índia, onde hoje é Bangladesh, onde morava numa boa casa e, certo dia, brincando no jardim de sua casa, eis que adentrou o portão um homem gritando por socorro, que havia sido esfaqueado nas costas. E ele então chamou por seu pai, que logo veio. Ele acompanhou o seu pai, levando-o para o hospital. No caminho disse: “Bem que minha mulher tinha me avisado para não vir a este lugar tão perigoso, caracterizado por lutas étnicas, mas eu não tive outra alternativa senão aqui, nesse bairro, encontrar um trabalho em que pudesse dar o sustento da minha família”. Ao chegar ao hospital, teve uma hemorragia forte e veio a falecer. Conclui o autor, no Prêmio Nobel de Economia, em seu livro: “Ele não tinha liberdade real. Precisou colocar a sua vida e saúde em risco, para obter um trabalho que pudesse dar sustento a sua família”.

Eu aqui então faço paralelos. Aquela mulher que, às vezes, por falta de alternativa para dar comida em casa para suas crianças e para sua avó, resolve, como muitas que eu conheci lá na Praça da Luz, que me convidaram para falar, e resolveram lá vender o seu corpo ou aquele jovem que vocês conhecem tão bem, o personagem do Mano Brown, do homem na estrada, que, em não tendo como ajudar o orçamento de casa num trabalho legítimo, resolve se tornar o aviõozinho da família de narcotraficantes, no dia em que houver para si e para cada membro da sua família uma renda básica suficiente para atender a sua necessidade vital, essa pessoa vai ganhar o poder de dizer: “Não, agora eu não preciso aceitar essa única alternativa que me surge pela frente, que vai ferir minha dignidade e colocar minha saúde e vida em risco. Agora eu posso aguardar um tempo. Quem sabe fazer um curso aqui na minha cidade, perto de casa, numa instituição, até que surja uma oportunidade mais de acordo com a minha vocação”.

É nesse sentido que Van Parijs e tantas outras pessoas dizem que a Renda Básica

de Cidadania vai elevar o grau de dignidade e liberdade real para todos. Nesta carta, para o Sr. Presidente Jair Bolsonaro e para os congressistas, podem até observar. Quando ganhou a eleição, S.Exa. jurou, perante a Deus e ao povo brasileiro, cumprir a Constituição brasileira. O artigo 3º da Constituição diz que é objetivo fundamental da República Federativa do Brasil promover o desenvolvimento nacional, erradicar a pobreza e promover maior igualdade regional e pessoal entre todos os brasileiros e brasileiras. E qual é então o instrumento mais eficaz para que S.Exa. possa, de fato, cumprir o seu juramento, ainda mais levando em conta... Podem até lembrar a S.Exas. e pegar o programa que S.Exa. mandou para o Tribunal Superior Eleitoral de seu Governo. E S.Exa. diz que vai garantir uma renda mínima a todas as famílias brasileiras. Para conseguir isso, o que falta? S.Exa. diz: “De acordo com o que penso, os economistas, os pensadores liberais, tais como o Sr. Milton Friedman... E é verdade que o Sr. Milton Friedman defende a garantia de uma renda mínima, por meio de imposto de renda negativo; e, no meu livro *Renda de Cidadania: Saída pela Porta*, eu entrevistei o Sr. Milton Friedman, laureado com o prêmio Nobel de Economia, e perguntei o que ele acha da renda básica de cidadania. Permitam-me que aqui eu conte a sua respostas. Perguntei: “Como o senhor avalia a proposição de uma renda básica ou renda do cidadão, comparada à alternativa de um imposto de renda negativo?” Sua resposta foi: “Uma renda básica ou renda do cidadania não é uma alternativa ao imposto de renda negativo. É simplesmente uma outra forma de se introduz um imposto de renda negativo, se for acompanhado de imposto de renda positivo, sem isenção”. Esse é o comentário da maior autoridade sobre isso, Sr. Philippe Van Parijs. Essa é uma afirmação muito clara da equivalência formal entre dois esquemas, o que sugere que Friedman é a favor tanto de uma proposta como da outra, só que ele se mantém insensível com respeito à principal vantagem, porque para o imposto de renda negativo, é necessário saber quanto a pessoa ganha. Isso demora muito. E a renda básica de cidadania simplesmente paga igual para todos, não precisando ter qualquer burocracia ou controle de quanto a pessoa ganha, para se pagar, o que é um direito universal. Deve ser.

Então, não é à toa que essa proposta está ganhando, cada vez mais, maior apoio

em todos os Continentes. Eu vou à Índia no próximo sábado. Vou passar lá uma semana e participar do congresso internacional da renda básica e quem quiser conhecer a minha palestra, que fala daquilo que eu vi nas vilas rurais do Quênia, junto com a Sra. Mônica Dallari, é uma coisa incrível: Vinte e dois dólares por mês são equivalentes aos 89 reais por mês do bolsa família, pagos naquelas residências muito pobres do interior das vilas rurais do Quênia. Estão fazendo as pessoas primeiro trabalhem mais, porque usam o dinheiro para comprar mais um equipamento. Pode ser até uma vara de pescar, uma cabra, um animal, uma vaca ou plantar coisas a mais. É incrível que todas as mulheres que entrevistamos falaram: “Com a renda básica agora, nós temos muito maior grau de liberdade, de autonomia. Antes tudo dependia do que falava o marido”. Lá se permite a poligamia. Mulher não tem direito a diversos maridos, mas com o homem é diferente. Há um pouco de machismo lá. Enfim, quem quiser depois, pode dar o seu e-mail que eu vou passar a palestra que eu vou fazer.

—————  
Faço o convite a todos para a audiência pública, que se realizará no dia 20 de agosto, às 9h30, no Salão Nobre, no oitavo andar, sobre a população em situação de rua. Às 8h30, haverá um café da manhã. Estão todos convidados.

Tem a palavra a Sra. Héliida Miranda.

**A SRA. HÉLIDA MIRANDA** – Fiquei um pouco preocupada com o Sr. Marcelo. O seu trabalho é muito duro. Eu sei que o senhor precisa contemplar a todos. O senhor veio com uma frase, de que não podemos fragilizar outros programas para colocar, em prática, a renda básica de cidadania. Eu entendo que o senhor veio aqui muito atrasado, devidos seus compromissos, mas o senhor perdeu a fala da Profa. Aldaiza, que seria muito importante. Então, como eu anotei, eu vim aqui para ajudar a todos a fechar um pouco o que foi falado hoje.

Eu peço desculpas pela minha emoção ao falar, mas eu participei de várias reuniões sobre a renda básica. Participei do curso aqui. Então, eu acho que tenho propriedade para dizer o que eu vou falar. Eu sei que a condicionalidade de ser universal a renda básica de cidadania, ela integra as políticas municipais de Assistência Social. Essa foi uma fala da

professora, permitindo as negociações e infelizmente estamos perdendo espaço dos conselhos participativos. Seriam nesses conselhos participativos que nós teríamos a inter-relação mais forte da comissão, que integra a intersectoriedade territorial dos serviços, porque a parte de assistência de serviços é intersectorial e isso dificulta. A renda básica de cidadania é um projeto que tem muita fundamentação de pesquisas acadêmicas, e é um integrador. Pelo de ser universal, isso vai convergir os programas, porque existem programas para ricos e para pobres, e isso foi uma das coisas mais importantes que o professor nos falou ao finalizar sua parte na conversa.

O Márcio falou sobre outro ponto muito importante, que é a quinta geração de programas de assistência. Estamos num contexto novo da economia, incapaz de crescer, e aí vem o professor Ladislau falar que o pobre adquire bens e o rico faz aplicações financeiras. Segundo o que ele disse, a desigualdade ética é fundamental. Com o que a Lora nos contou sobre o seu trabalho e, transcrevendo a fala do professor Ladislau, sintetizei a ideia da seguinte maneira: os ricos adquirem recursos sem produzir, o que gera a desigualdade ética, e o pobre não extrai do processo produtivo quando adquire renda. Essa ideia é muito importante e não podemos esquecê-la.

“Ampliar o consumo da base da sociedade, o que aumenta a demanda empresarial produtiva, e a conte a fecha”. O professor Ladislau deixa muito claro que a forma distributiva é o que faz a sociedade funcionar de fato. Dito isso, vou ler algo que escrevi que vai nos fazer lembrar a nossa infância.

“Se a vida for um jogo, é o jogo da vida da estrela, onde, para se começar o jogo, todos começam com uma renda”.

Por isso, espero que vocês levem muito a sério esta audiência e entendam que a Renda Básica de Cidadania vai convergir todos esses projetos. Se queremos fazer o nosso trabalho bem feito e agradar todos, a soma da Renda Básica de Cidadania é o único projeto criado nesta Casa que fala sobre a universalização, independentemente do que a pessoa acha dela. Estamos querendo fechar a conta do PIB, da economia; que não vá para o banco o

dinheiro, mas que vá para o mercado; que a pessoa faça uma compra e que o empresário consiga pagar os seus impostos. É simplesmente isso.

É muito difícil de explicar as coisas de uma maneira teórica, porque esse projeto é tão sério que envolve muitas falácias. Mas, para quem o estuda, como eu, por meio grupo do Leandro, está preparado para assumir isso. Por isso, não tenham medo de nos entregar a confiança desse projeto. Parece muito dinheiro, mas é um projeto que já conta com casos de sucesso no mundo inteiro.

Portanto, desejo a você um bom trabalho e boa sorte e, para todos nós, que tenhamos a alegria de concretizar esse projeto, sim, e que tenhamos mais oportunidade de falar mais dele com simplicidade, porque nós que somos os teóricos do projeto falamos com a precisão pela preocupação de falar o certo, mas nem toda a população entende. Não é um projeto só para pobres, é para todos.

Muito obrigado a todos. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy)** – Muito bem, Élidea Miranda.

Foi muito boa essa sua fala final.

Pergunto ao Marcelo Del Bosco se deseja finalizar.

**O SR. MARCELO DEL BOSCO** – Primeiramente, gostaria de agradecer a participação nesta audiência e dizer que, desde o seu início, o coordenador e a assessoria técnica da Secretaria estava aqui presente. Não foi, em hipótese alguma, desrespeito a esta Casa ou a vocês, até porque eu estava em outra audiência e nós nos dividimos para poder estar aqui para falar de todas essas demandas.

Queria deixar isso bem claro e esclarecer a minha posição, apesar de respeitar a fala de todos.

Outra questão é sobre a discussão a respeito das crianças da Praça da Sé, e a Lora sabe disso. Qualquer criança que esteja do nosso Município e não tenha nenhum responsável por ela pode ser acolhida pelo nosso serviço SAICA – Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes. No caso da Praça da Sé, tenho discutido isso com

a Lora. Em relação ao banho dessas crianças, foi debatido, já foi criado e já passou pelo gabinete da Secretaria e acho até que já foi encaminhada ao Conselho a questão do Núcleo de Convivência para Crianças e Adolescentes, voltado a essas crianças cujos pais ou responsáveis trabalhem durante o dia e podem deixar sua criança lá, onde terá a oportunidade de tomar banho.

O que não pode, em hipótese alguma... E, pela lei, o que nós estamos tentando cumprir, e é sabido que nós estamos tentando fazer essa abordagem para ter essa criança e adolescente no nosso serviço de acolhimento. A Lora discorda. Daí a questão de se criar esse Núcleo de Convivência para poder oferecer um atendimento. Mesmo assim, como não é algo rápido e até porque foi levado ao Conselho... Estou tentando ver e já falei com a Secretaria da Saúde, numa das conversas com a própria Lora, e também com a Secretaria de Direitos Humanos, e hoje a Coordenadoria dos Direitos Humanos está fazendo uma reunião sobre esse assunto.

Gostaria de esclarecer que estamos chamando uma nova reunião sobre essa questão, que vai contar com a presença do Tomás, que era da Secretaria de Direitos Humanos e migrou para a Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social. Convido você, Lora, para essa reunião.

Sobre a Operação Baixas Temperaturas, tenho falado muito com as pessoas e tenho acompanhado de perto. Por isso, qualquer coisa que aconteça, seja com uma pessoa em situação de rua ou com qualquer munícipe da cidade de São Paulo, é muito triste para nós, Secretaria e Prefeito Bruno Covas. Nos picos de baixa temperatura, eu mesmo tenho representado a Secretaria e tenho enfatizado a tristeza de se perder um ser humano.

Houve várias mudanças na Operação Baixas Temperaturas, e me coloco à disposição no gabinete ou em qualquer escolhido para relatar a V.Exa., com quem ainda não tive a oportunidade de fazer uma reunião.

Gostaria de lhes passar todas essas questões, mas gostaria de esclarecer que, sim, houve uma resposta para a sociedade sobre essa questão, e eu mesmo corri todos esses

locais onde houve mortes. Volto a dizer: independentemente da causa dessa morte ou se a pessoa estava ou não em situação de rua, é sempre muito triste.

O caso do Gabriel, por exemplo, e vou citar aqui, que foi na Barra Funda, o Gabriel foi atendido por nós na quarta-feira e na quinta-feira à tarde, em hipótese alguma aceitou o acolhimento e, na quinta-feira à noite nós tentamos ainda um acolhimento dele, uma conversa, uma escuta com ele e não tivemos sucesso, vindo ele a falecer naquela noite ou no início da manhã do dia seguinte.

Então, eu estou dizendo alguns casos que eu não quero aqui alongar, mas me coloco à disposição do senhor, não só do senhor, mas de toda a sociedade, até porque é obrigação nossa. Não é porque eu quero ou não quero, é obrigação nossa. E me coloco à disposição, nesse sentido.

A outra questão que foi citada aqui, há, sim, um interesse total da Secretaria de Desenvolvimento Social, da Assistência e Desenvolvimento Social, nesse trabalho, e o Francischini que está aqui, com a sua equipe e com a Bel, nós vamos encaminhar algumas questões de fluxo mesmo da documentação. Venho aqui pedir desculpas por essa demora, até porque não tem nenhum problema. Se a gente tem de corrigir erros, a gente vai corrigir.

Questões que foram colocadas também a respeito do próprio acolhimento. Foi discutido isso, a respeito do acolhimento, do tamanho dos equipamentos e em uma dessas conversas, com algumas pessoas em situação de rua, o Prefeito encaminhou para a abertura de duas mil vagas de república. Nós tivemos aí, dos chamamentos que foram colocados, um só teve um plano, um só teve a procura. O restante deu deserto. Aí, nós mudamos pela falta de procura, nós aumentamos o RH. Está no COMAS para ser aprovado para ter mais um assistente, porque não está tendo procura desse chamamento.

Nós acreditamos, e como foi colocado aqui, o Prefeito Bruno Covas acredita sim, e colocado pela fala das próprias pessoas em situação de rua, que a república é uma grande saída para essa questão, principalmente as pessoas.

Então, hoje, tem em nosso Plano de Metas e só quero dizer o seguinte: nós

estamos..., e isso é orientação do Prefeito, todos os equipamentos... Eu tenho percorrido os equipamentos, seja durante a madrugada ou durante o dia. Sei de muitas questões que estão sendo colocadas e criticadas. Algumas já foram corrigidas. Outras foram corrigidas e tiveram novamente problema. Então, eu peço que passem, sim, para nós, porque nós não temos... O único compromisso que o Prefeito pede para a Secretaria ter é para quem usa o sistema, o nosso cliente. Têm pessoas que dizem que é o usuário, têm pessoas que dizem que é o cliente. Então, os seres humanos que usam o sistema. Nós não temos compromisso... Nós queremos, sim, ser parceiros das OCSs, parceiros, mas parceiros fazendo a fiscalização.

Então, até, muitas vezes, as pessoas falam: “Olha, você sabe quem é essa OSC?” Eu não sei. Eu não quero saber. A OSC tem de trabalhar e nós também temos de dar o respaldo que estamos corrigindo.

Então, eu venho só aqui dizer da importância e que nós, do Governo, estamos tratando na Secretaria de Assistência e não em gabinete, como no passado foi tratado, porque é uma política pública e tem de ser tratada em coordenadoria. E essa coordenadoria, ou secretário, ou adjunto, quem quer que seja, ajudar essa coordenadoria, no caso da especial, a poder fazer o trabalho.

Eu queria só deixar essa colocação que estou à disposição para a conversa, para o debate, porque em todas as vezes..., e também é um pedido do Prefeito Bruno Covas, até porque ele sabe da importância do Legislativo, ele que foi Deputado Estadual e Deputado Federal, ele sabe da importância do Legislativo, dizer o seguinte, Vereador: que nós estamos, sim, participando desse projeto. E peço novamente desculpas por algumas questões de fluxo do processo. Mas o próprio coordenador está aqui, e não foi culpa da Coordenadoria. Sim, foi fluxo do sistema administrativo, e vamos dar as outras respostas faltantes até o começo da semana.

**O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy)** – A Vereadora Aldaísa vai fazer uma pergunta.

**A SRA. ALDAÍSA SPOSATI** – Secretário Marcelo, até pela sua exposição, e pela

oportunidade: como vão ficar os núcleos de convivência de criança e adolescente que passaram para a educação? Saíram todos da Assistência Social e foram para a Educação. Isso é uma medida somente orçamentária, por conta dos recursos da Educação? Isso vai mudar? Porque os Núcleos da Assistência Social terminavam atendendo uma demanda mais abrangente do que as matrículas da Educação. Eu só queria clarear isso aqui, que o senhor tocou nessa questão.

**O SR. MARCELO** – Eu quero dizer o seguinte: primeiro, não foi passado para a Secretaria de Educação. Está, sim, em processo. Eu mesmo conversei tanto com o Faz (?) quanto com o COMAS, e, depois, levei isso em audiência pública do Cedest que teve aqui na Casa, sobre o fato de que está tendo, sim, um processo de trabalhar de uma forma que, muitas vezes, a gente não consegue fazer híbrida, com todas as secretarias.

Na questão do CCA, que é o Centro de Criança e Adolescente, é ter a parte pedagógica, mas não perder o fortalecimento de vínculo. No dia de hoje, se pretende ter um trabalho totalmente em conjunto. Quando falamos até da questão do contraturno – que foi falado pelo próprio Prefeito numa reunião do Ipiranga –, o que nós queremos dizer o seguinte: temos pela Covis, que é a nossa Coordenadoria de Vigilância, um estudo das regiões mais vulneráveis, para fortalecer esse trabalho da primeira etapa do CCA, que é o fortalecimento de vínculo, esse convívio, e, nas outras regiões, tentar ter, no contraturno, que é a com a Educação, também um trabalho social. É porque o que eu acho que deu...

**A SRA. ALDAÍSA SPOSATI** – O entendimento?

**O SR. MARCELO** – O que deu o entendimento, nesse momento, foi aquela questão orçamentária da Jof (?)

**A SRA. ALDAÍSA SPOSATI** – Sim, porque sumiu dinheiro (Ininteligível).

**O SR. MARCELO** – Só que vem dinheiro relacionado ao CCA. Isso foi um remanejamento orçamentário, mas que vem para se terminar neste ano e fazer um trabalho mais forte das duas secretarias no ano que vem. Se vai ser da Educação com a participação da Assistência Social ou se vai ser da Assistência Social com participação da Educação, isso

eu ainda não tenho, porque são os técnicos da Educação com os da Assistência Social, que estão trabalhando em conjunto...

**A SRA. ALDAÍSA SPOSATI** – Mas tem uma questão orçamentária: dentro dos 25% da Educação, se a despesa for para lá, é menos despesa para a Assistência Social, e, aí, resta saber se esse dinheiro cai da Assistência Social ou se ele vai ser empregado em outra coisa.

**O SR. MARCELO** – Sim, mas trabalharia em conjunto esse dinheiro da Assistência Social.

Como tem quase 2/3 dessas crianças e adolescentes que participam do CCA, o Governo do Estado também vai participar, com a Prefeitura, a respeito desse recurso.

Fico à disposição.

**A SRA. ALDAÍSA SPOSATI** – Ótimo. Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy)** – A Loura gostaria de fazer uma pergunta. Breve, por favor.

**A SRA. LOURA** – Eu queria ser só clara, que eu já estou sofrendo ameaças: eu estou pedindo o banho das crianças, eu não estou pedindo para jogar essas crianças numa organização que fala que cuida de criança. Porque, se tivesse alguma organização efetiva, tirando o seu Robson, que deixava eles tomarem banho, as crianças não estariam todas com sarna, tomando banho no chafariz. E eu falo isso baseado no art. 227, que fala que a sociedade civil, o estado, tem que assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, direito à vida, educação, alimentação, dignidade e respeito. Tomar um banho é um direito. Estou falando uma coisa que está no artigo, que é de direito para depois acontecer de pegar as crianças á força. Não sentam com as crianças, não perguntam a elas porque estão na rua, a maioria vem numa pobreza extrema, vem de um berço de violência. Falam: “Olha, Lora, a Lora falou e a gente está aqui fazendo o que a Loura falou”. Não é isso, eu pedi um banho, eu estou pedindo um banho, porque quando a gente chega no médico e ele vê a criança, fala: “mãe, essa criança tem que tomar banho”, “essa criança não é minha”. Então, é isso, não

adianta a saúde passar a pomada, passar o remédio se a assistência não faz a parte dela e não é um banho na segunda, é o banho todo dia, gente. Vocês não sabem o que é uma semana sem tomar banho, vocês não sabem o que é pegar uma garrafa d'água para tomar um banho, vocês não sabem o que é ir na Praça da Sé, descer no banheiro e se lavar naquela pia minúscula e ainda apanhar dos guardas.

Então, é isso que estou pedindo, não estou pedindo que peguem as crianças, que removam 150 crianças e joguem dentro de um lugar sem qualidade nenhuma, porque a assistência infelizmente está longe de dar um tratamento efetivo, digno e a gente, que é morador de rua, sabe muito bem. A gente não está falando de coisa que a gente não sabe, a gente está falando de coisa que a gente sabe. Está aí o Sr. Robson, está aí o Darci, tem vários moradores de rua. Infelizmente é isso, não é isso que a gente quer. A gente quer que realmente o artigo 227, Senador, que alguém fale assim: “não, tem que fazer”, que o Legislativo fale “tem que fazer”. Pô, as crianças estão dormindo na porta da OAB, na porta da Ordem dos Advogados, do outro lado é o Ministério Público, do outro lado é a SMADS, do outro lado é Direitos Humanos. Ninguém vê? Só eu vejo? Só o Alexandre que vê? Só morador de rua que vê?

Então, o que eu estou pedindo está na lei, não estou pedindo que peguem as crianças à força e joguem num lugar que não vão ter qualidade de vida. Eu estou pedindo um banho, eu quero deixar bem claro. É um banho que eu quero. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy)** – Obrigado. Tem de ser brevíssimo, rapidíssimo.

**(NÃO IDENTIFICADO)** – Aproveitar que o senhor está aqui, a gente estava falando que o Prefeito está preocupado com a questão da população em situação de rua e tal, eu sou integrante da comunidade LGBT, eu sou gay. Infelizmente, não sei se é do conhecimento do senhor, no equipamento social, da Armênia, uma colega minha travesti foi brutalmente agredida. Ficou durante duas semanas internada na Santa Casa e infelizmente, devido aos ferimentos ocasionados, veio a óbito. Quando a assistência social vai olhar para o LGBT que

está em situação de rua?

Só para simplificar e colocar em números, a Prefeitura gosta muito de números, a população em situação de rua LGBT – se o senhor quiser posso demonstrar esses números, fiz uma pesquisa – está representando 38% da população em situação de rua. São dados de 2009, mas isso já deve ter aumentado e muito. Falando em números que a Prefeitura fala, em situação de rua, que são 30 mil, são mais de nove mil pessoas em situação de rua.

Criaram um único equipamento, que é voltado para a população LGBT, mas não é só para a população LGBT, é só os TTs, para os travestis e as mulheres trans, o Florescer. São apenas 30 vagas. Só as pessoas que estão em situação de rua que estão nessa categoria dos TTs, transexuais e travestis, são mais de 250 pessoas e 30 vagas é uma coisa irrelevante.

Só queria que o senhor respondesse isso para mim: quando a assistência social vai olhar para esse público e criar equipamentos para que a gente possa sair dessa situação de rua.

**O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy)** – Obrigado. Marcelo.

**O SR. MARCELO** – Rapidamente, só para falar, primeiro me coloco à disposição até para esses números, é importante, nós já encaminhamos, no Minhocão, mais um serviço que já está em estudo, já passou pela Coordenadoria e nós estamos encaminhando para ter mais um serviço na região do Minhocão relacionado ao trabalho. Tem o Florescer, que você mesmo citou, e nós já encaminhamos. Fora isso também, o que se tem feito, nesse caso que você falou do Arsenal, é trabalhar dentro dos nossos próprios outros serviços que nós temos, esse assunto tão grave que existe.

Então eu te dou a resposta assim: mais um equipamento, que não é o suficiente, mas já é um início; e outro de se trabalhar fortemente nos outros equipamentos, até porque nós não podemos ter esse preconceito em hipótese alguma. Isso se deve tanto dos nossos serviços, quem recebe, quem recebe que eu digo são as pessoas que vão acolher. As pessoas que vão acolher têm que ser o ponto focal para trabalhar com os conviventes. Se elas não estiverem convencidas disso, se elas não estiverem com esse espírito, não adianta nada.

Educação permanente é nesse sentido.

Depois, se a gente puder conversar, que é outro ponto que está preocupando bastante a Secretaria, (ininteligível) eu te deixo meu cartão.

**O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy)** – Professor Ladislau Dowbor, sua consideração final.

**O SR. LADISLAU DOWBOR** – Eu trouxe aqui a visão mais econômica e vou dar um pano de fundo da zona que estamos analisando.

Se dividir o PIB do Brasil pela população, o que a gente produz hoje é R\$11 mil por mês, por família de quatro pessoas; é isso que está sendo produzido. Nosso problema não é econômico, nosso problema é político, de uma apropriação por gente que não produz porra nenhuma. Isso é uma expressão de economia heterodoxa, digamos assim. Isso aqui é surrealista, então a gente briga, tal.

E mais, em termos econômicos é o seguinte: essa desigualdade é um tiro no próprio pé deles, porque eles estão paralisando a economia. Empresário não precisa de discurso ideológico, precisa de mercado para ter para quem vender; precisa ter crédito barato para investir em máquinas, para produzir. Não estão fornecendo nem um nem outro, então estão matando a economia. A economia estava funcionando.

Quando eu menciono esse livro, por exemplo, agora tem o pessoal de uma comunidade de favela do Rio utilizando esse livro, porque esse livro está em 15 vídeos e as pessoas passam a entender como estão sendo exploradas por diversos mecanismos. Essa é minha contribuição de economias. Nós precisamos de muito mais gente entendendo como se dá esse processo.

Lora, é um pouco irônico, porque você diz que eu tenho dinheiro para viajar. Quando eu viajei para o exterior, porque eu cheguei aqui com a família fugida da guerra, eu viajei realmente para o exterior graças ao exército, eu viajei algemado. Desde o tempo do Movimento Cultura Popular, do Recife, desde 1963, eu combatia por uma sociedade, por uma economia mais decente.

- Manifestação fora do microfone.

**O SR. LADISLAU DOWBOR** – Tudo bem. É que hoje eu viajo a convite, para divulgar essa merda, como você diz, que é o nosso... Você disse “m.”, você foi mais fina. (Risos)

Mas, gente, isso aqui é uma zona, é uma zona. Eu volto a levantar. Esse negócio está sendo sentido no mundo todo. São quatro bilhões de pessoas fora da economia, e não tem mais pobre perdido, ignorante, está tudo mundo sabendo que estão os recursos e está a riqueza. Nós estamos exatamente na média mundial. Se dividir o PIB mundial pela população, dá exatamente onze mil reais por mês, por família de quatro pessoas. Dá para viver tudo mundo dignamente. Claro, se eu disse isso para um dondoca do Morumbi, viver com onze mil reais, meu Deus!

- Manifestação fora do microfone.

**A SRA. ALDAÍZA SPOSATI** – Não vem só com dondoca, bota o dondoco. (Risos)

**O SR. LADISLAU DOWBOR** – Não tem nem dúvida.

Ontem eu estava no Rio discutindo exatamente essas coisas com movimentos sociais, três quartos das pessoas na reunião eram mulheres. Olha, eu estou convencido, Aldaíza, de que a mobilização das mulheres é absolutamente fundamental nesse processo. É uma dimensão muito mais ampla do que feminismo, é a transformação social.

É isso aí. Obrigado. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy)** – Aldaíza, uma palavra final.

**A SRA. ALDAÍZA SPOSATI** – Final bem final.

Primeiro cumprimentar, Suplicy, pela sua resistência, coragem, insistência desde antes de 1990, porque em 1990 saiu o livro e saiu o projeto de lei. Eu realmente admiro essa sua coragem de persistência. Muito do que foi dito aqui, eu diria que começam até a me dar vergonha de que seja dito, de a gente chegar a 2019 e ter que dizer que as pessoas precisam do mínimo para ser tratadas com dignidade. Sinceramente, eu começo a sentir uma relação de vergonha que a gente precise dizer isso.

No tempo da Secretaria a gente dizia uma frase: é indigno a cada um de nós que alguém tenha de viver na rua. Essa era um pouco a nossa marca. Realmente, ter de justificar que as pessoas precisam de um mínimo para ter a dignidade de viver é quase como dizer “subir para cima”, é quase um pleonasma, mas parece que continuamente tem de se dizer isso. O Suplicy é um dos que fala, fala, fala, fala; mas os ouvidos são moucos, parece que não se abrem para entende e incorporar.

Gostei muito de ouvir as falas de muitos dos representantes dos movimentos, porque me deu a clara sensação não só de que houve crescimento na quantidade das pessoas, mas houve na qualidade. O domínio das falas das pessoas em situação de rua não é acanhado. Como dizia o Ladislau, naquele exemplo da África, o senhor dizia: “Quem vai se dar mal são vocês, não nós”. Eu acho que essa maturação foi muito importante, as análises feitas aqui, e eu quero realmente agradecer essa possibilidade.

Muito obrigado a todos. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy)** – Eu fiquei superfeliz com a nossa audiência, agradeço muito, Marcelo (ininteligível), Ladislau Dowbor, Márcio Pochmann, Gilberto Natalini, Aldaíza Sposati e a todos vocês que participaram. Saio desta plenária ainda mais persuadido de que precisamos lutar. Quero dizer inclusive à sua equipe, Franceschini e Aramis, que está aqui presente, está disposto inteiramente a colaborar com vocês, com a Berenice. Pode transmitir a ela. Agora que estão se conhecendo melhor. Queria até perguntar: a Maria Isabel vai fazer parte das duas equipes, a minha e a sua?

**O SR.** - Eu já encaminhei.

**O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy)** – Então agora está designada para estar lá e cá trabalhando. Vai fazer o elo com o Leandro, com a Marília, com a Júlia, com a Flávia e todos da minha equipe. Também com a Joice que está aqui ajudando.

Se me permitem, alguns ficam pensando se essa é uma ideia nova, de onde vem. Trezentos anos antes de Cristo, Aristóteles falava que política é a ciência de como alcançar uma vida justa, o bem comum para todos. Para isso é necessário haver justiça política, que

precisa ser presidida da justiça distributiva que torna mais iguais os desiguais.

Indo um pouco mais adiante na História, vamos buscar na Bíblia sagrada a palavra mais citada, 513 vezes no Antigo Testamento, é (ininteligível) justiça na sociedade, justiça social, o grande anseio do povo judeu, como também do povo palestino.

Se formos nos encontrar com São Paulo, na Segunda Epístola aos Coríntios... Ontem era Dia dos Pais, fui almoçar com meus netos e meu neto Teodoro, nascido em 2002, que hoje tem 16 anos, disse: “Vovô, eu fui na minha classe, peguei seu livro e dei uma aula para meus colegas, 50 alunos, no Colégio Santa Cruz. Falei inclusive o que você disse da Segunda Epístola de São Paulo aos Coríntios. Eu fiquei supercontente. Sabe o que ele falou, Lora? Que devemos sempre seguir o exemplo de Jesus que, sendo tão poderoso e rico, se fez pobre por nós, a fim de que os que fossem ricos por sua pobreza. E pregou, conforme está escrito, para que haja justiça, todo aquele que teve uma safra abundante não tenha demais, e todo aquele que teve uma safra pequena não tenha de menos.

Se formos ver o que pensam os seguidores de Maomé, os califas que escreveram o livro dos (ininteligível), Omar, o segundo deles, e do islamismo, ele diz que toda pessoa que tiver um grande patrimônio deve separar uma parcela desse patrimônio para os que pouco ou nada têm.

Se formos olhar o que pensa o Budismo, o Dalai Lama, em *Uma Ética para o Novo Milênio*, ele diz que, se for para aceitar um consumo tão suntuoso dos mais ricos, nós precisamos antes assegurar a sobrevivência de toda a Humanidade.

Se formos lembrar o Thomas More, em vez de infligir castigos horríveis, seria muito melhor prover algum meio de sobrevivência, de tal maneira que ninguém estaria se submetendo à terrível necessidade de se tornar primeiro um ladrão para daí ser transformado em cadáver.

Se formos olhar o que disse Karl Marx depois de ter escrito o *Manifesto Comunista* em 1834, depois de ter escrito os volumes de *O Capital*, mais tarde, na *Crítica ao Programa de Gotha*, ele disse que, numa sociedade mais amadurecida, os seres humanos vão se portar de

tal maneira a inscrever como lema: De cada um de acordo com sua capacidade, a cada um de acordo com suas necessidades. Doze palavras em inglês - *From each according to his capacity to each according to his needs*, que Amartya Sen disse que tiveram um efeito ainda mais revolucionário do que os volumes de *O Capital*.

Certo dia eu estava falando isso para as Comunidades Eclesiais de Base e Dom Luciano Mendes de Almeida me disse: “Eduardo, você não precisa citar Karl Marx para defender sua proposta, que é muito melhor defendida por São Paulo na Segunda Epístola aos Coríntios”. Aí eu sempre cito Karl Marx e São Paulo, porque os dois se encontram.

O Thomas Paine, o maior ideólogo das Revoluções Americana e Francesa, em *Justiça Agrária* diz que todo proprietário que cultiva a terra deve à comunidade um aluguel por ela, e todo indivíduo nasce no mundo com o legítimo direito a certa forma de propriedade ou seu equivalente.

---

Josué de Castro, nosso grande geógrafo, em 1956, na Câmara dos Deputados, quando ele era deputado federal, num discurso sobre os desníveis de renda disse: “Eu defendo a necessidade de darmos um mínimo a cada um, de acordo com o direito de todos os brasileiros de ter o mínimo para sua sobrevivência”.

E o que nos diz nosso maior economista, Ladislau? Celso Furtado, quando foi sancionado o projeto da Renda de Cidadania, escreveu ao Presidente Lula, da Universidade de Sorbonne, onde ele estava: “Neste momento em que V.Exa. sanciona a Lei da Renda Básica de Cidadania, quero expressar-lhe minha convicção de que, com essa medida, nosso país coloca-se na vanguarda daqueles que lutam pela construção de uma sociedade mais solidária. Com frequência, o Brasil foi referido como um dos últimos países a abolir o trabalho escravo. Agora o Brasil será referido como o primeiro que institui um sistema de solidariedade tão abrangente e, ademais, aprovado pelos representantes do povo”.

E o que disse nosso querido Presidente Lula?

Espero que ainda nesta semana, dia 14, ele seja considerado inocente pelo Supremo Tribunal Federal e colocado em liberdade.

No dia 8 de janeiro de 2004, ao assinar e sancionar a lei que institui a Renda Básica de Cidadania, disse ele: “Estamos aqui para saudar a nova conquista do sonho libertário, da esperança solidária, representada pela Renda Básica de Cidadania, que o Estado Brasileiro passa a incorporar ao seu leque de políticas sociais. Possivelmente ela significará o desfecho da progressiva unificação dos programas sociais, cujo salto mais expressivo foi a criação do Bolsa Família no ano passado, em 2003. Estamos transformado excluídos em protagonistas da vida social e, com isso, recuperando a relevância de seus próprios laços comunitários. O que diferencia a esperança da simples esfera conformista é a coragem e a determinação”.

Mônica, muito obrigado por toda a sua assistência. Mônica é nossa assessora aqui.

Agora são 13h30, começamos pouco depois de 9h30.

Agradeço muito a participação de todos vocês. Nosso tempo hoje foi superbem trabalhado, ocupado por todos nós. Parabéns a todos vocês. Um grande abraço e um beijão a todos. (Palmas)